



**Universidade Federal do Rio de Janeiro**

**Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas – CCJE**

**Faculdade de Administração e Ciências Contábeis – FACC**

**SOFIA DE SOUZA FERREIRA XAVIER**

**A ADMINISTRAÇÃO DECOLONIAL EM MOVIMENTOS SOCIAIS  
BRASILEIROS**

**Rio de Janeiro – RJ**

**2022**

**SOFIA DE SOUZA FERREIRA XAVIER**

**A ADMINISTRAÇÃO DECOLONIAL EM MOVIMENTOS SOCIAIS  
BRASILEIROS**

Monografia apresentada como requisito parcial à  
obtenção do grau de Bacharel em Administração à  
Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da  
Universidade Federal do Rio de Janeiro  
(FACC/UFRJ).

Orientador: Ricardo Henry Dias Rohm

**Rio de Janeiro – RJ**

**2022**

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeira e inicialmente a meus pais, que, ao me colocar no mundo, permitiram que eu pudesse crescer e evoluir ao seu lado. O teto sob o qual eu cresci, a comida que nunca faltou, a possibilidade de estudar o que estudei, os ensinamentos acerca da ética e do respeito pelo outro: tudo isso me deu a base forte que eu precisava para qualquer coisa que pudesse vir depois.

Ao meu orientador Ricardo Rohm, mestre que me revelou o mundo da ciência e muitos outros: sobre o solo fértil que meus pais criaram, você plantou sementes que começam a florescer. Não basta dizer que, sem o pensamento crítico, a consciência política e pessoal que se desenvolveram em mim graças a você, o tema desse trabalho sequer teria sido imaginado. Em você, a minha curiosidade, a busca por um propósito e por conseguir ser parte da mudança que eu quero ver no mundo finalmente encontraram eco.

Não poderiam ficar de fora os amigos tão queridos e especiais! A Nicole, que me ajudou a passar pelo final do ensino médio quando tudo que eu mais queria era desistir. A Sara e Gabriel, que fizeram parte da minha jornada na iniciação científica como colegas de pesquisa e grandes amigos. A Felipe, que construiu seu caminho ao lado do meu de quase todas as formas possíveis desde que nos conhecemos no primeiro período do curso: você é parte da minha família. A Luiza: ainda bem que o universo te colocou do meu lado para que a nenhuma de nós faltasse motivação e apoio ao longo do curso. A Gabi, pessoa que me permite um crescimento que nenhum outro par me oferece: obrigada por me ajudar a navegar no oceano desconhecido das percepções onde não existem palavras. A Hedú, criatura luminosa com uma energia vibrante que, em tão pouco tempo, me transformou de maneiras que nem eu mesma entendo plenamente. Os corações de vocês me acolheram em todos os momentos que eu precisei.

E, por fim, mas não menos importante, agradeço a todas as pessoas que, no meio do caminho, me ajudaram a chegar até aqui – ainda que os nomes me fujam à memória hoje –, mas em especial aos professores que, de uma ou outra forma, me mostraram que aprender não significa decorar palavras ou gestos, mas sim a possibilidade de adentrar outros mundos.

## **EPÍGRAFE**

Para conquistar o coração de alguém, você deve primeiro entregar o seu.

(นิทานพันดาว) A Tale of 1000 Stars

## RESUMO

Em diversas sociedades contemporâneas, os movimentos sociais (MS) se tornaram um meio de organização empregado para provocar mudanças sociais. Apesar de possuírem diversos elementos que os caracterizam como organizações, os MS muitas vezes deixam de ser percebidos como um tipo organizacional particular pelos Estudos Organizacionais. Isso ocorre, principalmente, devido à tentativa de interpretá-los de acordo com o modelo de gestão adotado pelas empresas privadas, guiadas pela lógica racional (MISOCZKY; FLORES; GOULART, 2008). De modo a evitar uma distorção analítica, este trabalho empregou a lente decolonial para analisa-los, a fim de utilizar a lógica da solidariedade, e não da racionalidade, como meio de interpretação desta forma organizacional. A presente pesquisa buscou responder a seguinte pergunta: **em que medida a decolonialidade se faz presente na organização de movimentos sociais brasileiros?** Para tanto, foram realizadas entrevistas com lideranças de três movimentos sociais brasileiros, que possuem atuação a nível nacional. As entrevistas foram analisadas de acordo com a técnica de análise de conteúdo (FRANCO, 2005), que criou categorias *a posteriori*. Tais categorias foram analisadas à luz da Sociologia das Ausências (SANTOS, 2016), levando à conclusão de que os movimentos pesquisados são construídos de acordo com valores que podem ser considerados, em sua maioria, decoloniais.

**PALAVRAS-CHAVE:** movimentos sociais; decolonialidade; gestão; administração decolonial

## ABSTRACT

In several contemporary societies, social movements (SM) have become an organizational means used to bring about social change. Despite having several elements that characterize them as organizations, researchers in the field of Organizational Studies often fail to perceive SM as a particular organizational type. This occurs mainly due to the attempt to interpret them according to the management model adopted by private companies, guided by rational logic (MISOCZKY; FLORES; GOULART, 2008). In order to avoid an analytical distortion, this work used the decolonial lens to analyze SM, and deployed the logic of solidarity, instead of rationality, as a means of interpreting this organizational form. This research sought to answer the following question: **to what extent is decoloniality present in the organization of Brazilian social movements?** To this end, interviews were conducted with leaders of three Brazilian social movements, which operate at the national level. The interviews were analyzed according to the content analysis technique (FRANCO, 2005), which created categories *a posteriori*. Such categories were analyzed in the light of the Sociology of Absences (SANTOS, 2016), leading to the conclusion that the surveyed movements are built according to values that can be considered, for the most part, as decolonial values.

**KEYWORDS:** social movements; decoloniality; management; decolonial administration

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	6
2. PERCURSO METODOLÓGICO.....	13
3. CAPÍTULO I – OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A PERSPECTIVA DECOLONIAL.....	15
3.1. DEFINIÇÕES TEÓRICAS.....	15
3.2. OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO.....	23
4. CAPÍTULO II – A GESTÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS.....	27
5. CAPÍTULO III – OS CASOS DOS MOVIMENTOS A, B E C.....	31
5.1. APRESENTAÇÃO DOS TRÊS MOVIMENTOS.....	31
5.2. O MOVIMENTO A.....	31
5.3. O MOVIMENTO B.....	36
5.4. O MOVIMENTO C.....	40
6. CAPÍTULO IV – DISCUSSÃO DE RESULTADOS.....	45
7. CAPÍTULO V – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55
REFERÊNCIAS.....	60

## 1. INTRODUÇÃO

Diante de insatisfações e demandas não atendidas, uma parcela das sociedades se organizam em torno de estruturas chamadas de movimentos sociais. Ao resistir às violências impostas e contestar a hegemonia, indivíduos organizados de acordo com princípios compartilhados abrem espaço para a criação de novas práticas que avancem soluções pensadas coletivamente (MISOCZKY; FLORES; BÖHM, 2008).

Estudados por diversos autores ao longo das últimas décadas, os movimentos sociais foram interpretados de diferentes formas quanto à sua formação, organização, motivações e resultados. Inicialmente, os estudos acerca dos MS se baseavam no modelo clássico, que empregava uma análise altamente materialista da realidade e era fundamentado nos movimentos revolucionários (ALEXANDER, 1998).

Posteriormente, surgiram outras abordagens para o estudo dos movimentos sociais, dentre as quais se destacam duas vertentes principais: a europeia, da teoria dos novos movimentos sociais (NMS), e a estadunidense, que engloba a teoria da mobilização de recursos (TMR) e a teoria da estrutura de oportunidades políticas (TEOP). Enquanto a vertente europeia busca compreender os movimentos sociais a partir do contexto em que eles surgem, a vertente estadunidense foca na análise dos próprios movimentos enquanto atores (MISOCZKY; FLORES; GOULART, 2008).

Na presente pesquisa, os movimentos sociais são vistos a partir da definição de Tilly (2010, p. 137), alinhado à teoria da estrutura de oportunidades políticas. O autor explica que os movimentos sociais sintetizam três elementos principais: uma campanha, um repertório de ações e “representações públicas concertadas de VUNC (valor, unidade, números e comprometimento)”. Em suma, os movimentos sociais seriam um grupo de pessoas que fazem uso de certas formas de ação política de forma sustentada para alcançar demandas coletivas e, por meio disso, demonstram seu valor, a unidade, o tamanho do grupo e o comprometimento de seus participantes.

Tilly (2010) destaca que o repertório dos movimentos sociais é o que os difere de outras organizações políticas, tais como sindicatos e campanhas eleitorais. Além disso, o autor aponta que a combinação entre o repertório e as demonstrações de VUNC dentro das campanhas são o que permitem a caracterização histórica do que são os movimentos sociais, diferenciando-os de grupos predecessores.

Neste estudo, optou-se por observar a organização destes ambientes, que permitem a discussão crítica da realidade e o florescimento de ideias desalinhadas com a ordem vigente, propostas por sujeitos vindos de diversos contextos. Entretanto, a análise de tais organizações deve atentar para as implicações das teorias existentes acerca dos movimentos sociais e a lógica pressuposta por elas.

Segundo Misoczky, Flores e Goulart (2008), as teorias mais largamente utilizadas para estudar os movimentos sociais possuem um forte diálogo com os Estudos Organizacionais. As autoras apontam que tal aproximação traz limitações para a compreensão sobre a operação destas organizações, que funcionam de acordo com uma lógica que busca superar aquela empregada pelas empresas privadas.

Esta perspectiva produz a não-existência de movimentos que fujam da racionalidade, da previsibilidade e das estruturas conhecidas pela teoria organizacional, ou seja, os mesmos são ignorados pela academia e considerados como não-existentes. Segundo estas teorias, setores da sociedade com acesso dificultado a recursos, sem alianças políticas com atores institucionalizados e que atuem em momentos que não proporcionam oportunidades políticas seriam praticamente incapazes de iniciar um movimento social, o que não se verifica na prática (MISOCZKY; FLORES; GOULART, 2008).

Por outro lado, as autoras mencionam como os próprios acadêmicos que estudam organizações não percebem os movimentos sociais como um objeto que caiba no seu campo de estudo, o que corrobora com a visão que os mesmos possuem sobre o que é uma organização. Para as mesmas, “[c]onsiderando que os movimentos sociais desenvolvem processos, organizam, deliberam e produzem territórios das mais diversas formas – e, até mesmo, constroem estruturas –, não há como negar que se constituem em práticas de organização social” (MISOCZKY; FLORES; GOULART, 2008, p. 2).

A presente pesquisa visa compreender e mapear de que maneira a organização dos movimentos sociais brasileiros se dá na atualidade. Contudo, a fim de evitar equívocos gerados por uma percepção centrada no funcionamento das empresas privadas, o estudo empregou a visão decolonial como lente de análise da forma de organização observada. Assim, remove-se a imposição da própria lógica da racionalidade como base da construção de uma organização, buscando observar como diferentes saberes interagem na

formação de um movimento social, que pode se fundamentar majoritariamente na solidariedade.

Cabe, neste ponto, um retorno histórico à invasão da América Latina pelos povos portugueses e espanhóis, iniciada em 1492, que teve como motivações principais a busca de metais preciosos e especiarias que alimentassem as economias europeias, além da conversão religiosa dos povos que habitavam estes territórios (MOTA; BRAICK, 2012). Aliados, estes objetivos econômicos e morais estiveram em vigência durante séculos de dominação dos povos nativos deste continente, subjugando as culturais locais diante da suposta superioridade europeia.

Inicialmente, os meios de dominação contavam com o assassinato e a catequização forçada dos povos originários deste continente. Com o passar dos séculos, tais “mecanismos de coerção e consentimento, impostos a diferentes tipos de ‘outro’” foram remodelados e adaptados para que pudessem continuar vigentes (ABDALLA; FARIA, 2017, p. 917). No contexto contemporâneo, o processo de dominação por parte de países imperialistas ocorre paralelamente ao avanço do neoliberalismo pelo mundo (FARIA; ABDALLA; GUEDES, 2021).

Não obstante, ao longo da última década, avançaram também os estudos decoloniais<sup>1</sup> realizados por pesquisadores brasileiros, demonstrando uma preocupação crescente dos autores nacionais com os impactos e prejuízos gerados ao país em decorrência de tal dominação (CARNIEL *et al.*, 2021). Segundo Carniel *et al.* (2021), tal crescimento reflete um interesse por parte dos pesquisadores brasileiros em compreender e agir sobre a presença do colonialismo na academia e nas universidades.

Ao atribuir prestígio a periódicos e editoras euro-estadunidenses e criar rankings de melhores universidades e cursos, cujos critérios de qualidade são determinados pelo Norte Global, por exemplo, valorizam-se epistemologias e metodologias do Norte Global em detrimento daquelas produzidas pelo Sul. Assim, estas últimas são colocadas como atrasadas, irrelevantes ou incorretas (ABDALLA; FARIA, 2017; FARIA; ABDALLA; GUEDES, 2021).

---

<sup>1</sup> Estudiosos de diversos países do Sul Global começaram a produzir no século XIX trabalhos acerca das marcas deixadas pela colonização em suas nações e sociedades, destacando de que forma o capitalismo global impôs ao mundo uma ordem que determina, até hoje, a posição inferior de antigas colônias. Os estudos decoloniais são uma das correntes principais dos estudos que visam a descolonização, conforme explicado por Ávilas-Rojas (2021).

Faria, Abdalla e Guedes (2021) ainda afirmam que todo o discurso do livre-mercado ensinado em diversos locais de aprendizado sobre negócios e gestão sustenta o objetivo estratégico de disciplinar e conter modos de vida que emergem no Sul Global. Uma vez que sujeitos do Norte Global determinam o que é relevante na produção científica e de que forma os problemas devem ser resolvidos, a própria produção científica e o ensino da Administração se tornam ferramentas estratégicas de manutenção da dominação colonial (FARIA; ABDALLA; GUEDES, 2021; PALHARES; NICOLI, 2021).

Desta forma, propõe-se debater na presente pesquisa se a organização dos movimentos sociais brasileiros está permeada por valores e ideias da colonialidade, inadequadas à realidade local. Já é conhecido que, no ambiente formal de trabalho, tais práticas não reconhecem a realidade plural e multifacetada presente no Brasil e, portanto, ignoram as demandas de diversos sujeitos – vistos como “o outro” e marcados por processos de opressão múltiplos e interseccionais (PALHARES; NICOLI, 2021). Neste trabalho, busca-se compreender se estas distorções e apagamentos ocorrem também dentro dos movimentos sociais, de forma a perpetuar o processo da colonização contemporânea.

Diante das práticas colonialistas dos países do Norte Global reforçadas e propagadas por governos autoritários e alinhados a estes interesses do Norte Global que foram, nos últimos anos, eleitos em diversos países da América Latina, inclusive no Brasil, torna-se importante compreender de que maneira a população brasileira empenha sua luta contra estas opressões. Uma vez que os movimentos sociais são espaços de construção de novas práticas e reivindicações por parte da sociedade, coloca-se a seguinte questão: **em que medida a decolonialidade se faz presente na organização de movimentos sociais brasileiros?**

Desta forma, pretende-se compreender de que maneira o processo de descolonização do Brasil está sendo concretizado nas práticas diárias e rotineiras dos movimentos sociais, capazes de sugerir novos modos de vida, trabalho e organização que se adequem à realidade brasileira. O objetivo geral da pesquisa é analisar a organização de movimentos sociais brasileiros e seu maior ou menor alinhamento a valores coloniais. Para tanto, cumpriu-se com os seguintes objetivos específicos:

- Descrever a organização de movimentos sociais brasileiros;

- Descrever concepções de colonialidade;
- Identificar como a organização de movimentos sociais brasileiros revela submissão a interesses coloniais ou demonstra uma busca por autonomia;
- Descrever a origem das formas de organização dos movimentos sociais brasileiros;
- Descrever o que os movimentos sociais brasileiros consideram como ameaças e oportunidades à sua ação.

Ao basear-se na lente decolonial para observar a realidade brasileira, este estudo se posiciona de maneira favorável aos interesses locais em detrimento dos interesses de atores que ainda mantêm relações político-econômicas com o Brasil com base em uma visão colonizante. Ainda que seja comum o pensamento de que os países ditos “desenvolvidos” devem ensinar o caminho do progresso para os países “em desenvolvimento”, o presente trabalho questiona esta lógica ao observar como tal “progresso” se dá na prática.

Considerando que esta mentalidade ainda vigora no Brasil, deveria ser surpreendente que, mesmo depois de 200 anos de independência, o país ainda conte com 9,3% da população desempregada (IBGE, 2022), altas taxas de homicídio (JÚNIOR; FERRICHE, 2018), mais de 58% da população convivendo com a insegurança alimentar (OXFAM BRASIL, 2022) e menos de 16% dos brasileiros com o ensino médio completo (IBGE, 2015).

O desmatamento das florestas brasileiras cresce enquanto o país se mantém como um dos que mais mata ativistas ambientais no mundo (GLOBAL WITNESS, 2020; PRIZIBISCZKI, 2022). A população LGBTIA+ também não está segura no Brasil, onde pelo menos 140 pessoas trans foram assassinadas no ano de 2020 (BENEVIDES, 2022) e, em média, uma pessoa LGBTIA+ morreu a cada 29 horas em 2021 (OLIVEIRA; MOTT, 2021). Além disso, 9 em cada 10 mulheres afirmam que sua casa é o lugar onde há maior risco de feminicídio, enquanto 1.319 foram assassinadas e 56.098 foram estupradas apenas em 2021 (CAIXETA, 2022; FÓRUM BRASILEIRO DE VIOLÊNCIA PÚBLICA, 2022).

Cabe ainda destacar que a quantidade de homicídios de homens negros foi 3,5 vezes maior do que os homicídios de homens não-negros no ano de 2019, chegando a 31.988 casos (IPEA, 2022a; IPEA 2022b). O homicídio de indígenas também vem aumentando, tendo crescido 21,6% nos últimos 10 anos (CERQUEIRA, 2021). Tais

números permitem que se perceba que as populações mais afetadas pela violência no Brasil ainda são aquelas inferiorizadas pelo pensamento de raízes coloniais, caracterizado por uma estrutura patriarcal, racista e capitalista (SANTOS, 2016a).

Diante de tal estrutura social e da redução do emprego de recursos que mitiguem os problemas apontados (FERREIRA; TRIBOLI, 2020; CAMPANI, 2021), o presente estudo visa colocar em xeque a lógica por trás do desenvolvimento do país na atualidade, que parece se beneficiar das altas taxas de violência e da insegurança com relação a direitos básicos da população brasileira. Objetiva-se compreender a maneira como os movimentos sociais brasileiros se organizam de maneira a frear tais desigualdades geradas pela colonialidade, com independência ou aplicando pressão sobre o poder público.

Ainda que os estudos sobre a decolonialidade no Brasil estejam aumentando em número, as pesquisas deste tipo, voltadas para a área da Administração, representam uma parte pequena desse movimento (CARNIEL *et al.*, 2021). O presente estudo se somará aos demais trabalhos da área de Administração construídos sob a ótica da decolonialidade, contribuindo para o campo também ao tomar por objeto de pesquisa um tipo de organização pouco estudado neste setor.

Em seu trabalho, Abdalla e Faria (2017, p. 926) sugerem a necessidade de estudos futuros que observem contextos diversos de educação, “especialmente pela promoção, co-construção e legitimação de conhecimentos mais alinhados às múltiplas realidades locais”, observando a produção de “conhecimentos engajados com a promoção do bem-estar dos mais diversos atores, em contraposição ao conhecimento incumbido de camuflar propósitos e mecanismos de administração/gestão via dominação”. Ao descrever a origem das formas de organização dos movimentos sociais brasileiros, o presente estudo auxiliará na compreensão da maneira como a educação ocorreu e ocorre nestes mesmos espaços.

Misoczky, Flores e Goulart (2008) apontam também a insuficiência das teorias existentes para analisar a realidade dos próprios movimentos sociais a partir da Administração. As autoras sinalizam que as principais teorias de movimentos sociais criadas nos Estados Unidos – as mais usadas por pesquisadores latino-americanos – se basearam no campo da teoria organizacional, que observa as organizações segundo o molde de funcionamento de empresas privadas. Por este motivo, as autoras buscam

contribuir para a contestação da noção hegemônica que iguala organização a empresa, o que também se pretende realizar no presente trabalho a partir da identificação de formas de organização concretas que não sigam as regras estabelecidas pelo *mainstream* dos estudos gerenciais.

Na seção seguinte, será apresentada brevemente a metodologia empregada neste trabalho.

## 2. PERCURSO METODOLÓGICO

Nesta seção, será apresentado o percurso metodológico empregado neste trabalho a partir da escolha do método, classificação e técnica da pesquisa, dos participantes, do instrumento que se planeja utilizar e, por fim, dos procedimentos de coleta e análise dos resultados.

A pesquisa empregou o método qualitativo (CRESWELL, 2007). Com relação a classificação, a presente pesquisa é descritiva, uma vez que visa descrever detalhadamente o objeto pesquisado, expondo características dos três casos (VERGARA, 1998). Classifica-se também como explicativa por visar localizar e descrever a fonte dos conhecimentos referentes a organização adotados pelos movimentos sociais, explicando a origem das práticas mapeadas (VERGARA, 1998). Por fim, o presente estudo é uma pesquisa de campo, já que utilizará entrevistas para o levantamento dos resultados (VERGARA, 1998).

A presente pesquisa visou estudar a organização de movimentos sociais brasileiros que estejam em atividade no momento atual. Para tanto, o trabalho utilizou um roteiro semi-estruturado para entrevistar lideranças de três movimentos sociais com atuação a nível nacional. Este roteiro foi empregado com o fim de encaminhar o andamento das entrevistas, estando aberto também a novos pontos importantes que surgiram de forma imprevista no decorrer do levantamento das informações buscadas (BAUER; GASKELL, 2002).

Os movimentos entrevistados defendem diferentes causas e possuem diferentes formas de organização. Na sua seleção, levou-se em consideração seu impacto social, ou seja, resultados práticos e concretos já alcançados pelos grupos selecionados, de forma que estes exemplos demonstrem o alcance de objetivos e a efetividade organizativa.

As entrevistas foram agendadas por mensagem de texto e realizadas de forma *on-line*, por meio de plataformas de videoconferência, em junho de 2022. O conteúdo das entrevistas foi analisado por meio de uma análise de conteúdo com categorias elaboradas *a posteriori* (FRANCO, 2005) para estabelecer três tipos de categorias:

1. As formas de organização adotadas e separá-las em decoloniais ou não;
2. Os meios de aprendizado e criação de formas de organização;

3. As oportunidades e ameaças dos movimentos sociais e como sua forma de organização responde a ambas.

Ademais, foram empregados também dois aspectos da matriz SWOT na análise das ameaças e oportunidades percebidas pelos movimentos sociais analisados. A matriz SWOT representa uma análise do ambiente interno e externo de uma organização. Com relação ao ambiente interno, ela apresenta as forças e fraquezas. Já com relação ao ambiente externo, analisa-se oportunidades e ameaças (KOTLER; KELLER, 2012).

A análise externa, empregada neste trabalho, busca compreender de que forma fatores e forças macroambientais afetam as organizações estudadas. Observar as mudanças do ambiente em que existe e as tendências que elas apontam é fundamental para o planejamento das ações futuras de qualquer organização, já que elas oferecem novos espaços de atuação para as mesmas (KOTLER; KELLER, 2012).

Segundo Kotler e Keller (2012, p. 49), “uma oportunidade de marketing consiste em uma área de necessidade ou interesse do comprador à qual é muito provável que uma empresa seja capaz de atender”. Para os autores, três são as fontes principais de oportunidades: oferecer algo que possua uma oferta escassa; oferecer um novo produto ou serviço de forma nova ou superior; e criar um produto ou serviço completamente novo.

Já sobre as ameaças, define-se que seriam “um desafio imposto por uma tendência ou um evento desfavorável que, na ausência de uma ação de marketing defensiva, acarretaria a deterioração das vendas ou dos lucros” (KOTLER; KELLER, 2012, p. 50).

Tais conceitos serão adaptados para analisar os movimentos sociais estudados, que seguem outra lógica de funcionamento que difere da lógica utilizada em empresas. Independentemente desta diferença, o modelo é útil à análise do ambiente externo de uma organização pois ajuda no monitoramento e dirige a percepção para os aspectos que podem influenciar mais fortemente as ações da mesma.

Na próxima seção, os principais conceitos necessários à compreensão teórica do objeto de estudo serão abordados e discutidos. Em seguida, os resultados da pesquisa serão apresentados para que possam ser posteriormente analisados à luz do referencial teórico. Por fim, a última seção terá a finalidade de retomar os principais resultados da pesquisa e tecer algumas considerações finais.

### **3. CAPÍTULO I – OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A PERSPECTIVA DECOLONIAL**

#### **3.1. DEFINIÇÕES TEÓRICAS**

Os movimentos sociais foram objeto de estudo de diversas áreas, tais como a sociologia, a história, a antropologia e a ciência política. Após o afastamento dos sociólogos com relação ao modelo clássico de análise dos MS, as abordagens mais utilizadas para o estudo destas organizações podem ser divididas em duas vertentes principais: a europeia e a estadunidense (ALEXANDER, 1998). A vertente europeia, cuja principal teoria é a teoria dos novos movimentos sociais (NMS), visa compreender os MS observando o contexto a partir do qual eles emergem. Já a vertente estadunidense engloba a teoria da mobilização de recursos (TMR) e a teoria da estrutura de oportunidades políticas (TEOP), cujo enfoque está na análise dos próprios movimentos como atores (MISOCZKY; FLORES; GOULART, 2008).

Considerando a TMR, McCarthy e Zald (1977) definem que “um movimento social é um conjunto de opiniões e crenças de uma população que representam preferências pela mudança de alguns elementos na estrutura social e/ou distribuição de recompensas em uma sociedade” (MCCARTHY; ZALD, 1977, p. 1217-1218). Os autores observam de que maneira os MS se organizam dentro de uma sociedade ao classificar diferentes níveis administrativos destas preferências da população.

As organizações de movimentos sociais (SMO, na sigla original em inglês) seriam grupos que compartilham de princípios mais amplos de um MS e se orientam para a implementação de objetivos de acordo com subpreferências mais específicas. As indústrias de movimentos sociais (SMI) são definidas de acordo com um paralelo com a área de economia: uma firma equivale a uma organização de movimentos sociais (SMO), e que uma indústria (por exemplo, a indústria de móveis) equivale a uma SMI. Uma indústria de movimentos sociais seria, portanto, a maior unidade organizacional dentro de um MS, composta por SMO com preferências e objetivos similares. Por fim, um setor de movimentos sociais (SMS) é composto por todas as SMI de uma sociedade.

A abordagem de McCarthy e Zald (1977) dentro da TMR tem sua interpretação guiada por um viés empresarial. Os autores partem do princípio de que os recursos, de

qualquer tipo e mesmo que em pequena quantidade, são cruciais aos movimentos sociais. Neste caso, os recursos são considerados como “legitimidade, dinheiro, instalações e trabalho” (MCCARTHY; ZALD, 1977, p. 1220).

Seguindo esta lógica, teoriza-se que o aumento da quantidade de recursos em uma sociedade aumenta também os recursos presentes nos movimentos sociais, o que leva os autores à conclusão: “exceto em tempos de crise, o setor de movimentos sociais é um competidor de menor prioridade pelos recursos disponíveis – ele se beneficia da satisfação de outras necessidades” (MCCARTHY; ZALD, 1977, p. 1224). As SMO são descritas pelos autores como empresas que competem por recursos com empresas de outros setores, e os participantes de movimentos sociais são colocados como consumidores.

O paralelo com a área de administração e economia revela um olhar que busca modelos de organização formal dentro da organização existente nos movimentos sociais, o que prejudica sua compreensão e pode impedir a percepção de outros tipos organizativos (MISOCZKY; FLORES; GOULART, 2008). Ao colocar uma organização de movimento social (SMO) como competidora direta de empresas, tal viés também não considera que as motivações para que uma pessoa participe de um MS não são as mesmas que a levam a comprar um produto. Como apontado por Misoczky, Flores e Goulart (2008), as diferenças na lógica de criação e funcionamento entre um MS e uma empresa não são vistas por McCarthy e Zald (1977), levando a uma lacuna na interpretação.

Na presente pesquisa, os movimentos sociais são vistos a partir da definição de Tilly (2010, 137), alinhado à teoria da estrutura de oportunidades políticas (TEOP). De acordo com Gohn (2014, p. 83), a TEOP parte do “pragmatismo, o desejo de que a pesquisa estivesse a serviço dos pesquisados e não do pesquisador”. Ao focar no contexto em que os movimentos sociais se constroem, Tilly (2010) aponta aspectos práticos que podem ser observados em um MS para caracterizá-lo, ou não, como tal. A definição observa o MS como algo diferente da mera ação coletiva, caracterizando sua formação dentro de um processo histórico amplo.

Segundo a teoria de Tilly (2010), os movimentos sociais sintetizam três elementos principais: uma campanha, um repertório de ações e “representações públicas concertadas de VUNC (valor, unidade, números e comprometimento)”. Para o autor, os movimentos sociais seriam um grupo de pessoas que fazem uso de certas formas de ação política de

forma sustentada para alcançar demandas coletivas e, por meio disso, demonstram seu valor, a unidade, o tamanho do grupo e o comprometimento de seus participantes.

É importante destacar, neste caso, que tal teoria foi criada por um autor do Norte Global cujo estudo sobre os movimentos sociais como fenômeno histórico se baseou em MS que ocorreram no ocidente. Tal ocorrência não é incomum, conforme destacado por Gohn (2014), que ressalta que as interpretações dadas aos movimentos sociais são, muitas vezes, baseadas em teorias desenvolvidas a partir de movimentos ocorridos em países do Norte Global (GOHN, 2014). Segundo a autora, os debates acerca dos movimentos sociais no Brasil ocorrem a partir de diversas lentes analíticas. Seu trabalho trata mais especificamente cinco abordagens: “humanista; teorias pós-coloniais; teorias marxista e pós-marxista; autonomistas; institucionalistas” (GOHN, 2014, p. 91).

A abordagem humanista, para além de se fazer presente na academia, também forma movimentos concretos de povos da região dos Andes na América Latina, e parte de uma concepção de desenvolvimento pautada em uma visão humanista, e não puramente econômica (GOHN, 2014). As teorias pós-coloniais, apesar de não terem sido desenvolvidas especificamente para o estudo dos movimentos sociais, foram apropriadas por este campo pois oferecem uma base teórica que perpassa os problemas centrais abordados pelos movimentos sociais latino-americanos, com foco na desnaturalização da hierarquia que coloca os saberes dos países colonizadores como superiores aos dos países colonizados (GOHN, 2014).

Com relação às abordagens marxistas, Gohn (2014) afirma que tiveram papel central no período das ditaduras militares na América Latina, mas perderam força na década de 1980 até começarem a ser retomadas após a crise de 2008, quando políticas neoliberais começaram a ser implementadas no continente. As abordagens autonomistas se inspiram mais em ideais libertários, anarquistas e humanistas do que na esquerda tradicional, e foram adotadas por muitos manifestantes presentes nos protestos de Junho de 2013 no Brasil, além de serem adotados pelos ativistas que fazem grande uso da cibercultura (GOHN, 2014). Por fim, as abordagens institucionalistas revelam um retorno à TEOP, que dá maior enfoque às estruturas institucionais ao invés dos conflitos em si, assinalando que é o contexto que oferece as oportunidades para a ação política dos movimentos sociais (GOHN, 2014).

A autora aponta que, diferentemente do caso da América do Norte e da Europa, os pesquisadores brasileiros fizeram amplo uso de teorias criadas a partir de contextos bastante diferentes do latino-americano ao longo das últimas décadas do século XX. Por outro lado, ela também afirma que este cenário está em processo de mudança conforme os autores buscam construir e reinterpretar estas teorias com base nas especificidades locais.

Gohn (2014) destaca o surgimento e a reapropriação de diversas abordagens antigas pelos movimentos sociais latino-americanos contemporâneos dentro de um processo de repolitização dos mesmos após a crise de 2008, sem a consolidação de uma teoria que se destaque com relação às demais. Segundo a autora,

Um grande desafio é construir categorias teóricas para pensar as especificidades de nossa realidade, categorias que reflitam o movimento real desta realidade, que capte seus significados. Este desafio inscreve-se nos marcos de um diagnóstico que diz ser um dos problemas da América Latina a descolonização do saber e do ser (como repositório de práticas e valores, que mantém e reproduz subjetividades e conhecimentos) (GOHN, 2014, p. 99).

Desta forma, a escolha por uma definição de movimentos sociais baseada na TEOP reflete um movimento de outros autores latino-americanos que empregaram a definição de pesquisadores alinhados a esta teoria em seus trabalhos. Conforme indicado por Gohn (2014), não há predominância entre o uso de nenhuma das cinco abordagens destacadas pela autora em seu trabalho.

Charles Tilly é um dos autores que criaram as bases da Teoria das Estruturas de Oportunidades Políticas (TEOP), desenvolvendo uma definição amplamente empregada sobre os movimentos sociais. Como descrito anteriormente, o autor caracteriza os MS dentro de um processo histórico amplo em que os mesmos surgiram, observando as características específicas deste tipo de organização social como um fenômeno historicamente localizado (TILLY, 2010).

Ademais, Misoczky, Flores e Goulart (2008) apontam que muitos teóricos buscaram descrever os movimentos sociais enquanto organizações, destacando estruturas de funcionamento cuja lente de análise é a da lógica empresarial. As autoras apontam que tais interpretações buscam se ater à rigidez e à hierarquia presentes nas empresas, mas não se aplicam aos MS por ignorar a flexibilidade e a dinâmica destas organizações. Sobre a abordagem de Charles Tilly, elas ressaltam que o autor sequer considera os MS como organizações, marcando uma oposição entre sua dinamicidade e a rigidez empresarial.

Desta forma, considera-se que a definição de Tilly (2010) oferece uma base sólida para a presente pesquisa, facilitando o diálogo com outros trabalhos produzidos na América Latina que utilizam o mesmo referencial. Ao mesmo tempo, evita-se uma percepção dos MS como instituições rígidas, observando-os dentro de seu contexto e de acordo com uma lógica baseada no dinamismo e na flexibilidade destas organizações. No presente trabalho, tais características são percebidas como extremamente relevantes pela diferenciação que elas estabelecem entre os MS e as organizações mais comumente estudadas pela área de Administração: as empresas.

Com o fim de conseguir abarcar, de fato, as características dos MS, sem buscar encaixá-los em modelos já conhecidos ou validá-los com base na sua similaridade com organizações formais ou empresas, a presente pesquisa utilizou-se da lente decolonial para analisar os movimentos sociais como organizações. Entende-se que, desta forma, será possível observar e descrever estas organizações e os conhecimentos que nela circulam de forma a valorizar a diversidade presente nas suas formas de organização.

A lente decolonial é uma das correntes de estudos que buscam compreender o processo de colonização de países latino-americanos e sugerir formas de descolonização destes territórios. É fundamental, neste caso, marcar a diferença entre o decolonialismo e outra corrente muito empregada por estudiosos latino-americanos: o anticolonialismo.

Para Ávilas-Rojas (2021, p. 4), o objetivo dos estudos anticoloniais é “explicar a história e a política a partir dos processos de libertação ideológica e disputa pelo poder do próprio colonizado como seu próprio sujeito frente ao projeto de Estado moderno das sociedades mestiças latino-americanas”.

Segundo o autor, o anticolonialismo foi uma corrente formada por autores autodenominados como negros e indígenas que, ao observarem a corrente marxista-leninista, perceberam uma ideologia ainda reprodutora da colonialidade e do racismo sobre povos latino-americanos. O anticolonialismo coloca, então, o colonizado – e não o proletariado – no centro político de suas análises, destacando a história e o projeto destes povos ao invés de apenas analisar as populações latinas sob a ótica da produção econômica e defendendo que estes povos colonizados, e não o campesinato ou o proletariado, deveriam estar no centro das lutas por libertação (ÁVILAS-ROJAS, 2021).

Já o decolonialismo

surgiu a partir da crítica epistemológica feita por acadêmicos latino-americanos nos Estados Unidos, sobre os fundamentos que sustentam o conhecimento e a sua produção nas ciências sociais que se baseiam no modelo ocidental-moderno-eurocêntrico e que, de acordo com a corrente, não permitem um pensamento descolonizado. O objetivo dessa corrente é propor a recuperação das civilizações e culturas ancestrais, como aquelas que devem ser sujeitos que guiem as pesquisas que aspirem a gerar um pensamento descolonizador. (ÁVILAS-ROJAS, 2021, p. 4)

O anticolonialismo se diferencia do decolonialismo, na visão do autor, pois

[...] orienta sua preocupação a estudar o processo de libertação ideológica e política das resistências, organizações, movimentos e as múltiplas expressões de luta que têm os povos negros e índios como seus próprios sujeitos frente ao saque, exploração, opressão e racismo imposto desde a conquista europeia. (ÁVILAS-ROJAS, 2021, p. 4)

No presente trabalho, entende-se que a corrente decolonial dá um passo além da corrente anticolonial para explicar não apenas os processos históricos e sociais de colonização ocorridos na América Latina sob uma perspectiva prática e voltada para a análise das lutas concretas, mas também observar o próprio processo de produção do conhecimento e a maneira como ele pode se dar na construção dos sujeitos em processo de descolonização.

Ao analisar a colonização dos povos e territórios latino-americanos, Aníbal Quijano (2000) descreve a mistura de raças ocorrida no continente para apontar o racismo como um eixo central do colonialismo, que permeia construções de poder em dimensão global e que modelou a dominação na esfera do trabalho dentro do contexto de colonização latino-americano.

O autor também destaca que a colonização nunca ficou contida ao nível dos Estados-nação. Os artigos produzidos, em grande parte, por meio do trabalho escravo de pessoas negras e de povos indígenas nas colônias latino-americanas, eram destinados ao mercado externo, em especial aos países colonizadores europeus. A Europa era colocada, portanto, como o centro do capitalismo a nível global, enquanto à América Latina cabia o papel de território submisso aos interesses dos colonizadores europeus (QUIJANO, 2000).

Concomitantemente à dominação na esfera do trabalho, foi criada uma hegemonia sobre a própria produção do conhecimento, controlada pela Europa. Os colonizadores europeus passaram a expropriar das populações colonizadas os conhecimentos que consideravam úteis ao desenvolvimento do capitalismo eurocentrado e “reprimir [...] as formas de produção de conhecimento dos colonizados, seus padrões de produção de

sentido, seu universo simbólico, seus padrões de expressão e objetivação da subjetividade” (QUIJANO, 2000, p. 210).

Tal seleção produziu, ao longo de séculos de dominação, uma colonização das culturas dominadas que valorizava alguns conhecimentos em detrimento de outros. Mais do que isso, os europeus estabeleceram um novo tempo histórico linear que colocava as histórias e culturas dos povos colonizados “no passado de uma trajetória histórica cuja culminação era a Europa” (QUIJANO, 2000, p. 210). Assim, “os povos colonizados eram raças *inferiores* e – por isso – *anteriores* aos europeus” (QUIJANO, 2000, p. 211).

Ao tratar das formas de conhecimento mais empregadas pelo colonialismo, Boaventura de Sousa Santos (2016b) utiliza o conceito de linha abissal para explicar a divisão que separa as metrópoles das colônias. Segundo o autor, a linha abissal separa aquilo cujo valor é reconhecido daquilo que é considerado como “crenças, opiniões, intuições e entendimentos subjetivos que, no máximo, podem se tornar objetos ou materiais crus para a investigação científica” (SANTOS, 2016b, p. 191).

Enquanto campos como a ciência moderna, a filosofia e a teologia são vistos como diferentes, porém igualmente válidos, os “conhecimentos leigos, plebeus, camponeses ou indígenas” são colocados do outro lado da linha como saberes que estão além do que poderia ser visto como verdadeiro ou falso por quaisquer destes três campos (SANTOS, 2016b, p. 191).

A linha abissal construída entre colonizadores e colonizados cria, portanto, uma hierarquia entre os tipos de saberes existentes. Os saberes do outro lado da linha, alternativos à ciência moderna, não são apenas colocados como diferentes, mas sim como incompatíveis com ela e, no fim das contas, inúteis e descartáveis. Tal hierarquização constitui o que Santos (2016b) chama epistemicídio.

O autor aponta que a criação de modelos de análise que se propõem a oferecer respostas universalistas com base na racionalidade hegemônica implica na transformação de saberes alternativos em lixo. Isto ocorre pois tais saberes são descartados como evidências que poderiam indicar que tais modelos não são realmente universais, e, na verdade, só se aplicam a situações específicas. Santos (2016b) questiona, portanto: “quanto lixo nós temos que gerar para produzir consequências científicas? Quem sofre mais com a poluição que nós, consequentemente, produzimos?”.

Para reverter o processo de epistemicídio, Santos (2016b) formula a Sociologia das Ausências. A Sociologia das Ausências pode ser definida como “o questionamento que visa explicar que aquilo que não existe é, na verdade, produzido como não-existente, ou seja, como uma alternativa inviável ao que existe” (SANTOS, 2016b, p. 271). Desta forma, busca-se não “reduzir a realidade àquilo que existe e àquilo que pode ser analisado com os instrumentos metodológicos e analíticos das ciências sociais convencionais”, uma vez que “o que existe é apenas a parte da realidade visível que o pensamento abissal moderno define como sendo pertencente a este lado da linha” (SANTOS, 2016b, p. 271-272).

A Sociologia das Ausências busca tornar presente aquilo que ainda é ausente, e criar possibilidades a partir daquilo que é colocado como impossível. Para tanto, Santos (2016b) estabelece cinco modos de produção de não-existências: a monocultura e o rigor do conhecimento; a monocultura do tempo linear; a lógica de classificação social; a monocultura da lógica da escala dominante; e a monocultura da lógica capitalista da produção. Contra estes modos de produção de não-existências, o autor formula cinco ecologias, respectivamente: a ecologia dos saberes; das temporalidades; do reconhecimento; da transescala; e das produtividades.

A ecologia dos saberes implica no reconhecimento de que nenhum saber possui as respostas para todas as perguntas que possam ser feitas, e, portanto, sugere que novas respostas emergem da combinação e complementaridade entre diferentes saberes – dentre eles, a ciência moderna. A ecologia das temporalidades recusa a monocultura do tempo linear, adotada pela modernidade ocidental com base nas tradições judaico-cristãs, confrontando-a com as diversas concepções de tempo possíveis e existentes, tais como “o tempo circular, o tempo cíclico, o tempo glacial, a doutrina do eterno retorno” e outras (SANTOS, 2016b, p. 277).

A ecologia do reconhecimento aborda os princípios da igualdade e da diferença, estabelecendo “a possibilidade dos diferentes iguais” e desconstruindo a relação entre diferença e hierarquia (SANTOS, 2016b, p. 279). A ecologia da transescala busca “recuperar o que, na escala local, não é resultado da globalização hegemônica, e o que, da escala local, pode potencialmente levar a uma globalização contrahegemônica” (SANTOS, 2016b, p. 281). Por fim, a ecologia das produtividades contraria a noção capitalista de produtividade para valorizar outros sistemas produtivos, como “organizações econômicas populares, cooperativas de trabalhadores, empreendimentos

autogeridos, economia solidária, concepções de propriedade para além da propriedade privada individual etc.” (SANTOS, 2016b, p. 283).

Por meio da Sociologia das Ausências proposta por Santos (2016b), será possível identificar se os valores manifestados pelos movimentos sociais participantes do presente trabalho se alinham ou não ao colonialismo.

Na seção seguinte, o contexto brasileiro atual será descrito de forma a posicionar geograficamente o presente trabalho, destacando as razões pelas quais sua construção se mostra relevante no local onde ele foi produzido.

### **3.2. O CONTEXTO DO BRASIL CONTEMPORÂNEO**

Com o fim de situar o presente trabalho dentro da situação atual do país onde o mesmo foi desenvolvido, esta seção apresenta alguns aspectos considerados como mais relevantes para descrever os principais problemas e desafios do Brasil contemporâneo. Estes aspectos foram definidos, em parte, pela menção dos mesmos nas entrevistas com as lideranças de movimentos sociais quando citaram as dificuldades mais relevantes para o seu trabalho hoje. Tais desafios se encontram detalhados abaixo.

Primeiramente, é importante destacar o impacto da pandemia do vírus SARS-CoV-2, que deixou mais de 687.000 mortos no Brasil (DATASUS, 2022). Ao longo do ano de 2022, no qual este trabalho foi desenvolvido, o país viveu sua última onda e o posterior arrefecimento da pandemia. Para efeitos de comparação, o Brasil foi o segundo país do mundo onde a Covid-19 mais provocou mortes, com uma taxa de letalidade de 2%, superada apenas pelo Peru (JOHNS HOPKINS, 2022).

A crise gerada pela pandemia de SARS-CoV-2 pode ser atribuída a diversos fatores, dentre eles os auxílios econômicos insuficientes oferecidos à população mais pobre do país (CARRANÇA, 2021), a disseminação de informações falsas por parte do governo sobre a pandemia (MARTINS, 2021; CARTA CAPITAL, 2022), a falta de insumos nos hospitais públicos (G1, 2021; TEMÓTEO, 2021) e a corrupção envolvida na compra de vacinas (BRASIL 247, 2021a; 2021b). E como se tais demonstrações de total descompromisso por parte do presidente Jair Bolsonaro com a população brasileira já não fossem suficientemente estarrecedoras, o mesmo ainda apresentou falas

desdenhosas com relação aos mortos pela Covid durante toda a pandemia (GOMES, 2020; QUEIROZ, 2022).

Contudo, a pandemia da Covid-19 não foi uma condição para tais demonstrações de violência contra a população brasileira e a busca por atender a interesses que não estavam alinhados aos do país. Sob o governo Bolsonaro, a Petrobrás se tornou a empresa que mais paga dividendos no mundo, distribuindo 136 bilhões de reais a acionistas em 2022, 44% deles estrangeiros. Este valor representa mais do que o lucro que a empresa teve, de 106 bilhões em 2021, e inclui dinheiro de caixa e montantes arrecadados com a venda de patrimônio (INFOMONEY, 2022c; BRASIL 247, 2022a). Enquanto isso, entre 2018 e 2021, o preço do diesel aumentou em 150%, enquanto a gasolina acumula alta de 70,6% desde o início de 2019 (BRASIL 247, 2022a; INFOMONEY, 2022a).

Sendo o Brasil um país que depende, em grande medida, do transporte rodoviário para deslocamento de cargas, não é surpreendente que o preço dos alimentos também tenha aumentado ao longo do mandato de Bolsonaro. A inflação chegou a 10% entre julho de 2021 e julho de 2022, pressionando os preços de produtos básicos como leite, carnes, arroz, feijão, açúcar e óleo de soja (KONCHINSKI, 2022; G1, 2022).

Segundo mapeamento da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Penssan) divulgado em 2022, 33,1 milhões de brasileiros convivem com a fome, o que representa 15,4% da população (REDE PENSSAN, 2022). Já a insegurança alimentar atinge 41,3 milhões de brasileiros, 19,2% da população, no mesmo ano (REDE PENSSAN, 2022).

Além da fome, o desemprego também é uma preocupação importante dos brasileiros na atualidade, uma vez que atinge 9,3% da população (IBGE, 2022). Ainda que o ministro da economia, Paulo Guedes, afirme que o governo ajudou na geração de 16 milhões de empregos entre 2020 e 2022, a verdade é que a redução do desemprego se deve, em parte, a um número recorde de pessoas trabalhando no mercado informal: 13,1 milhões de brasileiros (OTTA; TAIAR, 2022; UOL, 2022a).

Este número representa 39,8% dos trabalhadores do país, um dado alarmante considerando o cenário de insegurança alimentar anteriormente descrito. Segundo projeções do FMI para 2022, o Brasil estará entre os 10 países com maior taxa de desemprego no mundo neste ano (BRASIL 247, 2022c). Entre os países do G20, projeta-se que o Brasil será o segundo colocado no ranking (BRASIL 247, 2022c). Vale lembrar,

neste contexto, que Guedes apoiou Bolsonaro quando o mesmo negou os dados sobre a fome no país, afirmando que o número de 33 milhões de brasileiros passando fome não seria real (BRASIL 247, 2022b).

O governo atual também realizou cortes graves dos investimentos públicos nas áreas de educação, saúde, meio ambiente e obras públicas. Em 2022, a redução no orçamento totalizou R\$3,2 bilhões, dos quais R\$177 milhões iriam para investimentos na pasta de Infraestrutura, R\$87 milhões para a Agricultura e R\$74 milhões, para a Saúde (INFOMONEY, 2022b). Os cortes foram combinados com a destinação de R\$ 19,4 bilhões para emendas do orçamento secreto (UOL, 2022b).

Considerando que, no Brasil, os índices de evasão escolar são altos e o acesso ao ensino superior não é simples, os cortes de verbas significam uma dificuldade ainda maior àqueles que conseguiram permanecer estudando na pandemia. 48% dos alunos que não frequentam a escola no Brasil o fazem pela necessidade de trabalhar, 30% descrevem dificuldades de aprendizado e 28% desistem pela necessidade de cuidar de familiares (UNICEF, 2022).

Em 2022, o orçamento para o Ministério da Educação foi reduzido em R\$740 milhões, sendo R\$400 milhões retirados do programa Educação Básica de Qualidade e R\$34,4 milhões bloqueados para uso na “consolidação, reestruturação e modernização das instituições federais de ensino superior”. R\$100 milhões deixaram de ser investidos nos hospitais federais ligados ao Ministério da Educação (INFOMONEY, 2022b).

Estes cortes não são recentes. Em 2020, o MEC recebeu 16,3% menos verbas do que em 2019, o que representa R\$19,8 bilhões (RODRIGUEZ, 2020). Já para o ano de 2021, a redução foi de R\$3,9 bilhões (SINTFUB, 2021). Como consequência, diversas universidades federais se manifestaram em 2021 declarando não terem recursos suficientes para seguir em funcionamento (UOL, 2021).

A Universidade Federal do Rio de Janeiro, na qual o presente trabalho é produzido, recebeu 31,96% menos verbas em 2020 do que em 2019, e R\$75 milhões a menos em 2021 do que em 2020 (CONEXÃO UFRJ, 2022; RODRIGUEZ, 2020). Na prática, os cortes representaram menos verbas, por exemplo, para a infraestrutura das instituições, bolsas de pesquisa científica, assistência estudantil e os hospitais ligados às universidades, que, conseqüentemente, estiveram menos aptos a atender a população durante a pandemia de Covid-19 (RODRIGUEZ, 2020).

Para além da frieza dos dados e das más escolhas do governo que são racionalmente compreensíveis, tais violências a nível estatal produzem desesperança na população, conforme colocado por uma das entrevistadas:

a desilusão da juventude negra é algo que tem batido muito, assim... Eh, pô, a gente faz universidade, passa por cotas, vai lá, consegue se graduar, o maior esforço possível, e não consegue emprego. E aí esse jovem favelado que se matou pra conseguir passar numa universidade pública, que se matou pra conseguir estudar numa universidade pública, que tinha... carregava consigo a expectativa de toda a sua favela não consegue emprego e ele vai trabalhar de Uber que nem o amigo dele que tipo, não estudou. Isso... mata, é como se quebrasse esse espelho de... de referência, sabe? [...] você mata um pouco o sonho de... de alcançar novos lugares daquele território, e aí você começa a ver morte dos sonhos, e aí você começa a ver... você entende a baixa taxa de inscrição pro Enem; você entende porque que a galera não está retornando pra sala de aula, seja na universidade, seja no ensino médio ou no fundamental. E quando você trabalha com uma juventude desiludida, fica muito mais difícil você falar sobre futuro, falar sobre “ai vamos romper a desigualdade racial”. O cara vai olhar pra tua cara e falar, “meu, tô no corre aqui pra resolver minha vida, até porque eu posso morrer a cada segundo”. [...] eu acho que é a coisa mais pesada que a gente tem enfrentado assim, o tempo todo, como a gente rompe com essa desilusão, como que a gente reencanta a nossa juventude.

É necessário compreender, como colocado por Boaventura de Sousa Santos (2016b), que nenhum saber possui as respostas para todas as perguntas que possam ser feitas. Este trabalho se volta, portanto, a encontrar maneiras de combinar a ciência moderna com outros saberes para apoiar a transformação do país por meio da colaboração com o trabalho dos movimentos sociais brasileiros.

A fala acima destacada revela um conhecimento distinto produzido acerca da mesma realidade descrita neste subcapítulo por meio de reportagens jornalísticas. Ela foi construída pela liderança de um movimento social que vê, individualmente, quem são os 48% dos estudantes que evadem a escola por necessidade de trabalhar, os 39,8% de trabalhadores do país em situação de informalidade e os 41,3 milhões de brasileiros que convivem com a insegurança alimentar. A descrição que ela faz desta realidade é a de que ela quebra espelhos de referência e mata os sonhos da juventude do país.

Tal trecho foi trazido neste ponto do trabalho para fins de conclusão da presente seção, uma vez que a presente autora considerou relevante informar sobre a realidade atual do país por meio de mais de um tipo de conhecimento. O governo atual não apenas gera desemprego, é incapaz de lidar com a fome e corta verbas da educação: ele destrói vidas, referências e sonhos do povo brasileiro.

A seção seguinte traz mais algumas contribuições da ciência moderna para uma descrição aprofundada dos movimentos sociais e sua diferenciação relativa a outros tipos de organização.

#### **4. CAPÍTULO II – A ORGANIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS**

Conforme descrito anteriormente, existem algumas principais escolas que discutem os movimentos sociais hoje, nomeadamente: a teoria dos novos movimentos sociais (NMS), a teoria da mobilização de recursos (TMR) e a teoria da estrutura de oportunidades políticas (TEOP). Elas definem os movimentos sociais com base em enfoques distintos. Enquanto a primeira observa o contexto a partir do qual o movimento emerge, as duas últimas focam na análise dos próprios movimentos como atores (MISOCZKY; FLORES; GOULART, 2008).

De forma a melhor definir os movimentos sociais no presente trabalho, entende-se ser importante diferenciá-los de outros tipos de organizações, comumente confundidas com os MS por algumas características similares ou compartilhadas. Tal diferenciação pode ser iniciada a partir da distinção entre Primeiro, Segundo e Terceiro Setores organizacionais, compostos, respectivamente, por organizações estatais, organizações empresariais e as demais organizações que não são nem estatais nem empresariais, as quais se agrupam no chamado Terceiro Setor.

As organizações de Terceiro Setor podem ser chamadas também de Organizações da Sociedade Civil (OSC), dentre as quais existem diversos tipos organizacionais (TUDE; RODRIGUES, 2007). Dentre as OSC, pode-se destacar as organizações não-governamentais (ONG), igrejas, sindicatos, cooperativas, fundações, entidades filantrópicas ou de caridade e associações representativas (TUDE; RODRIGUES, 2007).

As Organizações Não-Governamentais (ONG) nunca foram definidas ou regulamentadas pela legislação brasileira. Em geral, as ONG podem ser definidas como organizações privadas de fins públicos, sem fins lucrativos, que não estão diretamente ligadas ao governo (TUDE; RODRIGUES, 2007).

No contexto brasileiro, Tude e Rodrigues (2007) sugerem a definição do termo “ONG” de acordo com algumas características institucionais: formalidade; estruturação

interna; permanência prolongada dos membros; atividades regulares; independência quanto a outras instituições; algum grau de participação voluntária; não distribuição de excedentes financeiros; e sua constituição como organizações privadas com fins públicos.

Elas se diferem de outras organizações por: não focar na representação de um grupo de interesses específico, mas sim em ações que podem ser úteis ao mesmo; não praticarem o assistencialismo como filantropia, mas geralmente associado a atividades de conscientização; não desenvolverem atividades comerciais como fim, apenas como meio; e não buscar atrair fiéis para qualquer fé específica (TUDE; RODRIGUES, 2007).

Já as cooperativas começaram a ser juridicamente reconhecidas no Brasil pela lei 5.764 /1971, e tiveram a legislação acerca de seu funcionamento atualizada em 2012 pela lei 12.690 (PEREIRA; SILVA, 2012). Elas são definidas como “sociedades constituídas por trabalhadores que, com autonomia e autogestão, buscam ‘melhor qualificação, renda, situação socioeconômica e condições gerais de trabalho’ (Artigo 2o)” (PEREIRA; SILVA, 2012, p. 66).

Pereira e Silva (2012, p. 66) definem ainda que as cooperativas são “[r]egidas por princípios e valores específicos – tais como adesão voluntária e livre, gestão democrática, intercooperação, interesse pela comunidade e não precarização do trabalho”, e que “podem ser de dois tipos: de produção e de serviços”. Elas possuem também o compromisso de preencher, anualmente, um relatório informando sobre a relação de trabalhadores ativos na organização com o fim de alimentar uma base de dados governamental, o que determina uma ligação direta com o Estado.

Similarmente, o empreendedorismo social é voltado para a geração de impacto social. Ele se difere da filantropia empresarial por não ser assistencialista, e sim emancipador e transformador (OLIVEIRA, 2004). O empreendedorismo social envolve a inovação para criar e aplicar soluções novas na tentativa de solucionar um problema social. Seu objetivo está voltado a tirar pessoas de situações de risco social de forma a gerar sua inclusão na sociedade, o que os diferencia de empreendimentos privados, voltados à compra e venda de bens que busca o lucro com foco nos interesses da empresa, e não dos clientes (OLIVEIRA, 2004).

Da mesma forma, as organizações de economia solidária comumente possuem objetivos específicos que são consequências de demandas sociais (ANDION, 2005). Elas costumam definir a oferta e a demanda dos produtos ou serviços que oferecem em

conjunto com seus clientes, de forma a ampliar o acesso a eles. Além disso, elas podem ser financiadas de diversas formas, tais como a comercialização de bens e serviços, o financiamento estatal e as doações voluntárias, além de contarem com o trabalho voluntário de alguns membros (ANDION, 2005).

Por atuarem na interseção das esferas social, política e econômica, “essas organizações assumem, ao mesmo tempo, funções de espaços produtivos, geradores de bens, serviços e empregos; de espaços de proximidade, geradores de socialização; e de espaços públicos, geradores de reflexão e de ações políticas” (ANDION, 2005, p. 85).

A filantropia empresarial se diferencia das formas organizacionais supracitadas, em primeiro lugar, pois é uma organização de Segundo Setor. Destaca-se, portanto, que o foco das empresas que praticam atos de filantropia continua sendo a geração de lucro por meio da comercialização de bens, e as atitudes positivas com relação à sociedade e o meio ambiente são estrategicamente construídas ao redor deste objetivo.

O conceito de filantropia empresarial está proximamente relacionado à responsabilidade social. Ambos descrevem ações empresariais que seriam consideradas eticamente boas ou corretas. Tais ações muitas vezes se relacionam a ganhos de imagem, atração e retenção de funcionários, aumento de receita e pretensão de crescimento sustentado e no longo prazo (NOGUEIRA, 2004).

Ainda que os movimentos sociais possam compartilhar objetivos e características com ONG, cooperativas, empreendimentos sociais, organizações de economia solidária e até mesmo ações de filantropia por parte de empresas privadas, isso não significa que todas sejam o mesmo tipo de organização. Não cabe neste trabalho diferenciar as organizações supracitadas umas das outras, mas apenas diferenciar todas elas dos MS.

Diferentemente das cooperativas, empreendimentos sociais e organizações de economia solidária, os MS não são organizações cujos objetivos se voltam a gerar trabalho e renda para seus participantes. Se diferencia particularmente das empresas privadas que praticam ações de filantropia, uma vez que as mesmas fazem parte do Segundo Setor, cujas organizações possuem fins muito diversos daqueles das organizações de Terceiro Setor.

Os MS se diferem das ONG, e das demais organizações mencionadas, também pela estrutura de gestão e organização. Tude e Rodrigues (2007) caracterizam a ONG, em

parte, pela sua formalidade, estruturação interna, permanência prolongada dos membros e atividades regulares, o que não se observa nos MS, já que os mesmos não possuem compromisso com tal regularização.

Como já descrito no capítulo 3.1 deste trabalho, os MS possuem extrema dinamicidade e flexibilidade. Segundo Tilly (2010), os movimentos sociais sintetizam três elementos principais: uma campanha, um repertório de ações e “representações públicas concertadas de VUNC (valor, unidade, números e comprometimento)”.

O autor define os movimentos sociais como um grupo de pessoas que fazem uso de certas formas de ação política de forma sustentada para alcançar demandas coletivas e, por meio disso, demonstram seu valor, a unidade, o tamanho do grupo e o comprometimento de seus participantes. Todas estas características podem apresentar alto grau de variabilidade a depender do contexto em que o movimento existe.

Considerando que os MS raramente se apresentam como organizações estáticas e rígidas como as empresas privadas, o presente trabalho busca analisá-los de acordo com a sua realidade. Evita-se empregar uma lente criada pela área de Estudos Organizacionais que, apesar de adequada à análise das empresas, se mostra insuficiente para descrever e compreender os movimentos sociais.

Na seção seguinte, serão descritos os resultados que puderam ser encontrados a partir das entrevistas aplicadas aos três movimentos sociais pesquisados.

## **5. CAPÍTULO III – OS CASOS DOS MOVIMENTOS A, B E C**

### **5.1. APRESENTAÇÃO DOS TRÊS MOVIMENTOS**

Com o fim de alcançar alguma diversidade dentre os movimentos entrevistados, buscou-se organizações com diferentes tamanhos, amplitudes, “causas”, e com atuação em diferentes regiões. Os três movimentos entrevistados possuem atuação a nível nacional, ou seja, têm representantes em, pelo menos, metade dos estados do país.

A visibilidade dos movimentos foi levada em consideração na seleção dos mesmos para a etapa de entrevistas. Tal critério observou ações concretas e seus resultados, de forma a avaliar o impacto que os movimentos possuem sobre a sociedade, além da relevância dos mesmos avaliada a partir das relações construídas com órgãos governamentais e outros grupos defensores da mesma causa que possuem papel de destaque no cenário nacional.

### **5.2. O MOVIMENTO A**

#### **5.2.1. Níveis organizacionais**

O movimento A tem por foco a pauta racial e é formado majoritariamente por jovens. Atualmente presente em pouco mais da metade dos estados do país, o grupo existe há 14 anos.

O movimento se organiza em dois níveis organizacionais. O primeiro é uma coordenação nacional formada por duas representações de cada estado. O segundo é um GT (Grupo de Trabalho), formado por uma secretaria geral, que presta auxílio organizativo às coordenações do grupo, e por seis representantes do movimento que se fazem presentes em diretorias e conselhos de organizações estudantis. O grupo preza pela diversidade na composição de tais lideranças, incluindo sempre mulheres e pessoas LGBTQIA+ nas representações estaduais.

#### **5.2.2. Objetivos**

Com relação aos objetivos atuais do movimento A, percebeu-se a grande importância dada à preparação para o debate acerca da lei de cotas, a qual deve ser

revisada em 2022. Tal preparação se dá por meio de reuniões e debates acerca do tema, e envolve participantes do próprio movimento e também de outros coletivos.

O genocídio da população negra também é colocado como um dos pontos mais importantes a serem discutidos pelo grupo, que busca maneiras de usar as discussões já existentes no movimento negro para criar sugestões de políticas públicas que tragam respostas concretas a estas demandas. A Carta das Mulheres Negras, publicada em 2015 (PORTAL GELEDÉS, 2015), foi citada como um material fundamental para tais debates:

Não acho que a nossa geração do movimento negro tenha que inventar a roda, porque a gente tem o acúmulo do movimento negro brasileiro muito grande. [...] Nós temos grandes teóricos, nós temos grandes escritores e pensadores do movimento negro dos quais a gente pode beber e trazer pra materialização da vida. Então o que a gente tem feito muito é se debruçar sobre a Carta das Mulheres Negras de 2015 e pensar o que que a gente pode tirar dali e transformar em projeto de lei, o que a gente pode tirar dali e transformar em programa de atenção à população, o que a gente faz para aquilo ali deixar de ser apenas uma carta e se transformar em política pública real.

### **5.2.3. Perfil dos participantes e das lideranças**

No movimento A, é comum que as pessoas que assumem papéis de liderança sejam pessoas que já são lideranças nos seus territórios ou em outros espaços de organização. No caso do GT, é importante ainda que as lideranças possuam experiência com o funcionamento do coletivo, além de serem membros que já passaram por um processo formativo dentro do movimento.

Além disso, o movimento A valoriza a autonomia, a iniciativa e a responsabilidade como características diferenciais de bons líderes, que devem colocar a pauta racial como aquela que organiza sua militância de forma central. Desta forma, ainda que uma mesma militante possa participar do movimento A e, ao mesmo tempo, de um grupo feminista, é importante que ela priorize a pauta racial caso queira se tornar uma liderança do movimento.

Com relação aos militantes em geral, destaca-se que eles possuem em comum o incômodo com a sociedade em que vivem, que é suficiente para fazer com que abram mão de atividades de entretenimento e descanso para participar de ações ou processos formativos do movimento. Assim, o compromisso com a causa e o forte desejo de participar de algo coletivo movem os militantes que se juntam ao movimento A.

### **5.2.4. A relação do movimento com a Academia**

O movimento A valoriza a produção científica construída por autores que discutem a pauta racial, tais como Nilma Lino Gomes, Sueli Carneiro, Lélia González e Abdias Nascimento. Mais do que isso, mencionou-se a importância dos materiais científicos produzidos por integrantes atuais do movimento, que estão atualmente se formando como mestres e doutores e gerando materiais acerca do movimento A.

O esforço coletivo para alcançar tal feito pôde se comprovar quando foi mencionada a ajuda de integrantes mais experientes àqueles que possuíam menos experiência, de forma a auxiliar estes últimos a ampliar sua formação acadêmica:

Hoje a gente tem uma produção científica que vem de pessoas que foram militantes do coletivo e que no esforço coletivo mesmo, que a gente construiu, passaram. Então quando hoje um dos doutores, doutorandos que [...] vai defender a tese esse ano, por exemplo, tava querendo, pensando em fazer o mestrado, esse único militante que tava no mestrado à época sentou com ele, ajudou a montar projeto, ajudou a escrever, ajudou a organizar a entrevista, eu fui uma pessoa que revisei a dissertação, eu fui uma pessoa que tipo, traduzia texto em inglês pra galera, eu era a pessoa que treinava pra entrevista, apesar de eu ainda tá terminando a minha graduação, eu já tinha publicação científica fora do país que eu fiz no ensino médio, e já tinha uma relação mais próxima com pesquisa, então também ajudava a galera. E aí era um esforço coletivo cada um de nós passar, assim como a pessoa passou está sem bolsa, gente nossa que não tinha... tipo, tinha terminado a graduação, não estava fazendo pesquisa mas estava trabalhando em algum lugar ou em algum mandato, fazer uma vaquinha pra ajudar a pessoa a se manter já que estava sem bolsa.

Destaca-se ainda as palavras usadas, em outro momento da entrevista, para descrever tais estudantes: “Então hoje a gente lê publicações que são de pessoas que foram formadas pelo coletivo”. Neste caso, entende-se que a participação no coletivo já é uma formação, assim como a formação acadêmica, e ambas se complementam como conhecimentos igualmente valiosos para o indivíduo que escolhe fazer um mestrado ou doutorado.

Ademais, os militantes que adquirem formação acadêmica demonstram uma preocupação em retornar para o movimento A aquilo que adquiriram por meio desta formação:

Todas retornam pro movimento, inclusive, quando a gente lança a escola de formação [...], grande parte dos palestrantes que tão lá [...] são pós-graduandos do *movimento A*, então a galera vai, estuda, e traz esse estudo e retorno pra formação do coletivo, porque eles são formados no coletivo. [...]

Então essa galera vai, estuda e forma a gente quando volta, tipo, alguns por exemplo dão cursos pagos, aqueles cursos que a galera abriu muito na pandemia: semiótica antirracista, relações étnico-raciais, vários deles abriram e deram bolsas pra militantes do *movimento A* que tinham interesse, aprofundando, assim, essa relação com a pesquisa.

### 5.2.5. Resolução de problemas internos

No que tange aos problemas internos do movimento, o mais costumeiro é que sejam resolvidos internamente por meio de discussões da coordenação. Contudo, menciona-se também a relevância de um conselho formado por pessoas que participaram do coletivo no passado e possuem mais experiência. Portanto, quando a coordenação do movimento não consegue encontrar uma solução para um problema, o conselho é acionado e algum dos integrantes antigos auxilia na resolução.

### **5.2.6. Atividades internas e externas**

O movimento A realiza diversas atividades, tais como assembleias em nível regional, estadual e nacional, prestação de serviços à população (tais como a oferta de pré-vestibulares), organização de atos e atividades culturais, cursos e atividades de formação dos militantes e participação em órgãos públicos.

### **5.2.7. Relação com pessoas externas ao movimento**

O movimento A busca ativamente criar relações com pessoas que ainda não fazem parte do grupo. Um dos militantes, por exemplo, organiza uma horta comunitária que ajuda a alimentar a creche da favela onde se localiza, enquanto que outra integrante organiza um brechó. Tais ações permitem o debate sobre outros temas, como o racismo ambiental e a sustentabilidade.

Outras ações citadas foram a eleição de membros do movimento para cargos políticos, a participação em alguns mandatos, a manutenção de cursos de inglês e de pré-vestibular, a chamada de pessoas de fora para participar de seminários e a participação em debates de outros movimentos. Destaca-se a seguinte fala, que exemplifica e justifica tal abertura para o encontro com pessoas que não possuem alinhamento total com os atuais integrantes do movimento A:

a gente tem acompanhado o que outros movimentos estão debatendo sobre cotas, o que o que está sendo colocado pelos outros movimentos, inclusive pra amadurecer o nosso debate porque eu acho que quando a gente só fala de nós pra nós, a gente acaba repetindo discurso e não crescendo. Então a gente sempre procura trocar [...].

### **5.2.8. Ameaças e oportunidades**

O movimento A percebe ameaças importantes para a sua ação. Dentre elas, os mais importantes são a falta de recursos básicos para os militantes, a falta de tempo livre para participar das atividades devido à uberização do trabalho, e a desilusão da juventude

negra, que se torna desesperançosa quanto aos frutos de seus esforços para adquirir uma formação acadêmica, por exemplo.

Soma-se a estes problemas o genocídio da população negra que, ainda que não diretamente mencionado neste momento da entrevista, possui um papel importante na desilusão dos jovens:

E quando você trabalha com uma juventude desiludida, fica muito mais difícil você falar sobre futuro, falar sobre “ai vamos romper a desigualdade racial”. O cara vai olhar pra tua cara e falar, “meu, tô no corre aqui pra resolver minha vida, até porque eu posso morrer a cada segundo”. Principalmente com essa lógica das chacinas, isso torna muito mais real e muito mais palpável, esse “é tudo pra ontem” sabe? “É tudo pra ontem” no sentido de que posso morrer a cada segundo, então não tem sentido eu ficar aqui organizando uma luta que eu não vou nem ver.

Frente a isso, o movimento A arrecada cestas básicas, faz vaquinhas para passagens de transporte público, vende *botoms* e camisetas para levantar recursos financeiros. Foi mencionado também que os participantes se organizam com base em uma lógica que prioriza a participação coletiva em atividades do grupo:

Então a pessoa que tem dinheiro pra pagar, ela vai pagar o dela e mais de alguém. A gente sempre passa chapéu, chapéu pra passagem, chapéu pra cerveja, é isso, porque não existe, por exemplo, na nossa cabeça, essa lógica de tipo “ah eu vou aqui comprar a minha cerveja e cada um paga a sua cerveja”, porque isso vai tirar do espaço lúdico, do espaço de convivência, né? da juventude, as pessoas que tão sem grana. Então assim, a gente só senta em mesa de bar, e todo mundo senta na mesa de bar tá ciente: quem tem dinheiro pra pagar, paga, quem não tem dinheiro pra pagar, não paga, e quem tem dinheiro pra pagar, [...] vai pagar a sua e a do coleguinha.

Apesar de tantos desafios vividos pelos militantes, é possível destacar também que, conforme mencionado na entrevista, desde 2020, o debate racial está mais visível na sociedade brasileira, o que cria nas pessoas uma abertura para falar sobre o racismo. Por outro lado, não se percebe mudanças efetivas a partir desta abertura:

Isso dá uma certa visibilidade, e ajudou a gente também a ter um certo protagonismo aí em alguns debates políticos, mas é pouca coisa, assim, porque... no fim das coisas, o dinheiro não tá na nossa mão mesmo, então é isso, dá uma visibilidade, as pessoas estão mais abertas a falar sobre racismo e tem buscado mais informações, mas ao mesmo tempo... pouca mudança efetiva. As chacinas estão aí só aumentando, o desemprego também, violência contra a mulher negra tá no pico...

Diante deste cenário, a pessoa entrevistada abordou um pedido geralmente feito por ela para que as pessoas brancas se racializem, ou seja, tomem consciência da sua própria raça, ao invés de apenas apontar o fato de que as pessoas negras são negras e, portanto, diferentes das pessoas brancas. Desta forma, o corpo branco ganha um significado político diante do mundo ao se retirar de um lugar de universalidade, o que permite que estas pessoas vejam que o racismo está nelas mesmas, e não apenas no outro.

### **5.3. O MOVIMENTO B**

#### **5.3.1. Níveis organizacionais**

O movimento B defende os direitos das pessoas LGBTIA+ com enfoque nas mulheres, que formam a maioria de seus participantes. O movimento, que existe há 19 anos, se faz presente em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal, além de ter algumas militantes nos Estados Unidos.

Em termos de organização, o movimento B se caracteriza como uma organização horizontal. Possui três articuladoras nacionais, que ajudam na interlocução entre as lideranças estaduais. Relatou-se a inexistência de lideranças formais, que determinem os passos do grupo. Ao invés disso, a preferência é dada às decisões coletivas e tomadas por meio de consenso.

O grupo se organiza também dentro de alguns GT, separados de acordo com o tipo de função que exercem: enquanto um GT lida com as mídias do grupo, outro está mais voltado para a educação, e outro trata de questões relacionadas a articulação política do movimento. As três articuladoras nacionais participam de todos os GT, uma vez que precisam estar a par de tudo que acontece para que consigam realizar bem seu papel de articulação.

#### **5.3.2. Objetivos**

Um dos principais objetivos do movimento B atualmente é a conclusão de um projeto em andamento, que visa mapear alguns setores específicos de pessoas LGBTIA+ sobre os quais ainda se possui pouca informação. Este mapeamento foi citado como o principal projeto do grupo atualmente, em especial pela demanda de grande parte da energia das militantes.

Além dele, o combate à violência contra a população atendida pelo movimento foi citado como outro objetivo de fundamental relevância no momento presente. Isto se deve, em grande medida, ao aumento das agressões praticadas contra a comunidade LGBTIA+ após a eleição do presidente Jair Bolsonaro em 2018. Durante a entrevista, foram citados alguns dados relativos a assassinatos e estupros das vítimas, na maioria das vezes,

praticados pelas próprias famílias. Tais violências e a insegurança dentro de casa levam à necessidade de organização do movimento para atender tais pessoas.

### **5.3.3. Perfil dos participantes e das lideranças**

O movimento conta com participantes formadas e empregadas em diversas áreas, tais como profissionais da saúde, professoras universitárias e de escolas públicas. Não possui um perfil específico de participante no que tange à raça, etnia, local de moradia ou classe social, sendo formado por mulheres diversas:

nós não temos um perfil específico, nós temos mulheres periféricas, nós temos mulheres negras, nós temos mulheres indígenas, nós temos... então é uma gama muito grande de... é uma pluralidade de mulheres, entende? Então não tem muito como a gente dizer um perfil específico. Porque, depende, pro norte do país as nossas mulheres são, na sua grande maioria, negras, pro sul do país são uma grande maioria brancas.

Destaca-se que o movimento considera primordial a prática antirracista por parte das militantes e lideranças, sendo esta uma característica considerada não apenas importante, mas fundamental em todos os membros. Durante a entrevista, mencionou-se que aqueles que não estão de acordo com a carta de valores do movimento B normalmente se afastam depois de pouco tempo, pois não se encaixam no grupo.

### **5.3.4. A relação do movimento com a Academia**

Com relação ao uso de materiais acadêmicos, explicitou-se que as militantes leem com grande frequência. Michel Foucault foi citado como o autor mais lido, que fundamenta o pensamento das lideranças do movimento. Outras autoras como Monique Wittig, Adrienne Rich, Patrícia Lessa e Audre Lorde também são referências importantes para o grupo.

Ainda que tenha sido dito que algumas participantes do movimento são professoras universitárias, nada foi explicitado quanto à produção de materiais por integrantes do grupo. Deixou-se claro, por outro lado, que a leitura de materiais acadêmicos é comum, ao menos por parte das lideranças do grupo, que trazem tais conhecimentos para a sua prática.

### **5.3.5. Resolução de problemas internos**

Com relação à resolução de problemas internos do movimento, o principal ponto mencionado foi o afeto, e em particular, o afeto feminista. O diálogo e a problematização

das questões que surgem são meios comumente utilizados para solucionar desentendimentos.

Mencionou-se ainda que as participantes não possuem o costume de deixar os problemas passarem sem que seja dada a devida atenção a eles. De maneira geral, as questões são resolvidas internamente, sem a participação de indivíduos que não sejam membros ativos do grupo.

### **5.3.6. Atividades internas e externas**

Dentre as atividades principais do movimento, pode-se citar o controle social por meio da fiscalização e proposição de políticas públicas voltados ao atendimento do público que o movimento busca atingir. O atendimento a vítimas de violência também foi relatado como uma ação importante do movimento B hoje, principalmente pela crescente violência contra as populações abarcadas pelo coletivo.

Posto que o movimento B considera relevante a sua participação na área da educação, a produção de materiais educativos possui elevada importância. Tais materiais abordam o racismo, o capitalismo, o capacitismo, questões de gênero e diversidade sexual, e são, por vezes, voltados para o uso em escolas por professores das redes estaduais de ensino.

Por fim, destaca-se um projeto de abrangência nacional, ainda em andamento, que visa mapear alguns setores específicos de pessoas LGBTIA+ sobre os quais ainda se possui pouca informação. Este mapeamento foi citado como o principal projeto do grupo atualmente.

### **5.3.7. Relação com pessoas externas ao movimento**

O movimento B possui várias frentes de interação com a sociedade, em especial nas periferias, ocupações e favelas, por entender que estes locais demandam mais atenção. Busca-se elencar os maiores problemas das comunidades onde o movimento atua, compreender como as pessoas que o movimento busca alcançar precisam ser ajudadas e, de forma geral, ouvir estas pessoas.

O movimento tenta se adaptar às necessidades que percebe e auxiliar no alívio das mesmas, ainda que isso signifique distanciar suas ações com relação à causa mais específica defendida pelo movimento. Oficinas de batuque e de costura foram citadas

como alguns exemplos de atividades feitas para aproximar o movimento B das comunidades onde ele atua.

Então nós temos diversas atuações dentro de favelas, ocupações, nós temos oficinas de batuque, oficina de costura, tudo que você possa ir trazendo essas mulheres pra perto da gente, pra gente conseguir tá abrindo diálogo, né? Porque a gente também entende que não dá pra gente chegar lá querendo colocar pautas quanto elas estão passando fome, com necessidades, né? E tem que pensar, então, em comer, em pagar as contas do dia a dia. A gente tem que ter uma proximidade, entender como esse local, esse território, ele vive, como é que ele trabalha, com as suas especificidades, para que a gente possa ter esse diálogo.

O movimento B busca também manter conexões com outros movimentos sociais, de forma a trocar experiências e realizar ações em conjunto, com o fim de atingir grupos mais específicos da população que atende.

### **5.3.8. Ameaças e oportunidades**

Com relação às ameaças atualmente vividas pelos integrantes do movimento, destaca-se que a população que o movimento B visa atingir tem um acesso a recursos básicos tão prejudicada que não consegue responder diretamente ao que o grupo gostaria de realizar neste momento. Por este motivo, o movimento B realiza, hoje, um trabalho que se aproxima do assistencialismo, ainda que este não seja o desejo nem a finalidade do coletivo.

Não posso dizer pra você que a gente está alcançando os objetivos propostos porque não estamos. Estamos tendo que fazer todo um trabalho de... ai, de... é é tão triste né? É um trabalho de... o movimento social hoje está fazendo o que o governo deveria fazer tá? Nós estamos dando a assistência que o governo não dá. Então você acaba adentrando esses espaços pelo assistencialismo, que não é uma coisa que a gente gostaria de fazer. Porque a nossa trajetória, a nossa proposta é cobrar governos, estados e municípios pra que tenha política pública específica pras populações. Mas o governo, ele deixou de lado isso. Então nós também não podemos projetar nessas mulheres coisas que elas não vão conseguir alcançar com fome, com boleto pra pagar, sem luz em casa, sem gás. Então a gente tem feito um trabalho muito forte na ajuda e na compreensão dessas mulheres, do poder delas perante o Estado pra que elas possam problematizar, e nos seus locais, nos seus territórios, cobrar políticas públicas específicas pra que daí num segundo momento a gente possa trazer essas pautas em evidência. Entende? Nós tivemos uma regressão de diálogo, uma regressão de política, uma regressão tão grande nesses últimos quatro anos que a gente estima que a gente regrediu vinte e cinco anos de tudo que a gente fez.

Além do desafio de ter que auxiliar o público que o movimento B busca atingir na obtenção de recursos básicos à sobrevivência, foi mencionado ainda um ponto mais específico no que trata destas demandas: o acesso à internet. Com um acesso muito restrito às comunicações digitais, grande parte da população atendida pelo movimento B

não pode depender deste meio para acompanhar o grupo ou se manifestar de forma autônoma.

Tudo é feito pela internet, as reuniões são feitas pela internet, tudo é no Instagram, no Facebook, no Twitter. Então o acesso de diversas populações hoje a esses meios de comunicação, ele é muito restrito, né? Então a nossa dificuldade hoje está sendo chegar nesses espaços onde a internet não chega né? Onde essas vozes não são ouvidas, então é nesses espaços que é nossa dificuldade. [...] E nós temos que entender que essa população, ela está inserida nesses espaços, né? Então nós estamos aí nas favelas, nós estamos nos campos, nas florestas, nos quilombos, nos presídios. E como é que a gente faz essas mulheres acessar o que a gente está fazendo e o que a gente está propondo?

Desta forma, os esforços do movimento B estão mobilizados para encontrar e dialogar com a população que ele busca atender, de forma a gerar a inclusão destas pessoas para construir uma democracia verdadeira.

Já com relação às oportunidades, o movimento mencionou apenas que a troca da presidência seria uma grande oportunidade para o movimento caso ela acontecesse<sup>2</sup>. Isso se deve ao fato de que a violência contra as mulheres, os movimentos sociais e as populações LGBTIA+ se potencializaram após a eleição do presidente Jair Bolsonaro, tornando a ação do movimento B muito dificultada.

## **5.4. O MOVIMENTO C**

### **5.4.1. Níveis organizacionais**

O movimento C defende a pauta feminista aliada a questões ecológicas e da produção de alimentos, e é majoritariamente formado por mulheres. O grupo existe há 18 anos e está presente na maioria dos estados brasileiros.

No que tange à organização do movimento C, pode-se dizer que o mesmo preza pela horizontalidade, rejeitando hierarquias e a concentração de poder. O movimento possui um coletivo de direção nacional, composto por pessoas de todas as regiões onde o grupo atua, e uma coordenação nacional, composta por uma pessoa de cada estado onde o movimento está presente. Ademais, os estados e municípios se auto organizam dentro

---

<sup>2</sup> As entrevistas foram realizadas em junho de 2022, e as eleições ocorreram apenas em outubro de 2022. Desta forma, no momento em que as entrevistas foram realizadas, ainda não se tinha conhecimento do resultado das eleições deste ano. Nas ocasiões em que o presente trabalho menciona a troca da presidência, ele se refere à saída do presidente Jair Bolsonaro e à posse do presidente Luís Inácio Lula da Silva.

de coletivos locais, que se conectam com o movimento a nível nacional por meio dos representantes de cada estado.

O movimento C também possui alguns coletivos internos para a realização de atividades específicas, tais como comunicação e organização. Existem também coletivos voltados a segmentos mais específicos do movimento, tais como o coletivo de juventude e o coletivo LGBTQIA+.

#### **5.4.2. Objetivos**

O principal objetivo atual do movimento C, no momento da realização da entrevista, era a eleição do presidente Luís Inácio Lula da Silva. Ainda que o grupo saiba que um novo governo implica em novas lutas, afirma-se que, ao menos, haverá espaço para o diálogo com o Estado, o que não se verifica no momento atual com o presidente Jair Bolsonaro. O fim do Ministério da Mulher foi apontado como outro importante ponto negativo do atual governo.

Menciona-se também uma campanha para a criação de um projeto de lei que tem por fim colocar as florestas públicas da Amazônia sob a proteção dos povos indígenas, pequenos produtores extrativistas, quilombolas e Unidades de Conservação.

Além disso, existem esforços para a criação de um projeto de lei que regule a produção das sementes crioulas. Tal esforço se dá por causa da crescente dificuldade de produção destas sementes, em especial devido às mudanças climáticas. O projeto de lei garantiria que o governo distribuísse sementes crioulas para camponeses, e precisa ser aprovado dentro dos estados onde o movimento C atua.

Menciona-se ainda uma parceria com outro importante movimento de atuação nacional voltado para a agroecologia. Uma vez que o Estado não possui leis específicas que regulem a produção agroecológica, o movimento C defende, em parceria com este outro coletivo, a criação de legislação que acompanhe tal necessidade.

Por fim, a continuidade da realização de formações internas também foi pontuada como um objetivo importante do grupo.

#### **5.4.3. Perfil dos participantes e das lideranças**

No que tange ao perfil das lideranças do movimento, percebe-se que todas possuem em comum a vontade de construir um mundo mais igualitário, com homens e mulheres livres. Já com relação aos demais participantes, permanecem no movimento aqueles que veem sentido na visão de mundo que o mesmo propaga, uma vez que, ao perceber muitas questões menos comuns sendo abordadas, alguns indivíduos descontinuum suas atividades no grupo.

#### **5.4.4. A relação do movimento com a Academia**

Foi mencionado que o movimento C tem o costume de ler materiais científicos. Destaca-se ainda que o grupo possui, hoje, muitas participantes com mestrado e doutorado. Na visão do movimento C, o conhecimento científico precisa ser um aliado do conhecimento empírico.

Unir o conhecimento científico com conhecimento empírico, para nós é imprescindível. Então mesmo as que estão, hoje, já aí no seu pós-doc... mas tem sempre esse olhar e essa valorização do conhecimento empírico e vice-versa né? Então nós não negamos a ciência, pelo contrário, a ciência é uma aliada... e tem que ser né? [...] Mas que seja uma ciência popular, que esteja a serviço do povo, né? Essa é a nossa briga, não é pra não existir ciência, pelo contrário.

Dentro do movimento, as produções dos próprios integrantes são altamente valorizadas. Rosa Luxemburgo e Paulo Freire foram citados como autores importantes, mas as interconexões feitas pelas próprias integrantes nas suas produções, entre autores e áreas diferentes, são ainda mais relevantes.

Foi mencionada a dificuldade em definir um autor ou autores que sejam considerados referências para o movimento C, posto que o mesmo possui militantes com formações em áreas muito diversas, desde a matemática até a agroecologia e as ciências sociais.

#### **5.4.5. Resolução de problemas internos**

O diálogo foi citado como a forma mais comum de resolução de conflitos. O consenso é a chave para o desenvolvimento do grupo, que procura permitir que cada um defenda seu ponto de vista democraticamente e respeita o ponto de vista de todos os integrantes.

#### **5.4.6. Atividades internas e externas**

O grupo realiza encontros de coordenação estadual e nacional, os quais fornecem um direcionamento para os coletivos regionais. Destaca-se, contudo que este direcionamento não tira a autonomia dos coletivos e a horizontalidade do movimento como um todo. Grande parte destas reuniões são realizadas por meio da internet, uma vez que o deslocamento é muito dificultado em algumas regiões do país.

O movimento possui também atividades de formação política em andamento, as quais são criadas em forma de cursos de duração limitada.

#### **5.4.7. Relação com pessoas externas ao movimento**

Com relação às interações do movimento C com a sociedade, foi mencionado que algumas pautas permitem um contato mais facilitado do que outras. As pautas da alimentação e da produção de alimentos saudáveis conseguem alcançar públicos mais amplos. Por outro lado, pautas feministas podem gerar maior resistência entre possíveis novos membros.

Algumas campanhas são realizadas com a finalidade de apresentar as propostas do movimento para novos públicos e permitir uma maior interação entre o movimento C e pessoas que ainda não participam dele.

Menciona-se como exemplo uma campanha virtual, recentemente realizada, que envolveu *lives* e debates entre participantes de diversos estados. A campanha teve como fim a troca de experiências organizativas dentro do movimento e a discussão acerca da produção agroecológica de alimentos no país. Além disso, foi construído um material em que cada estado selecionava uma semente para descrever sua história, as variedades existentes e quais estão em extinção. O movimento visa ampliar tal campanha para a modalidade presencial conforme as condições sanitárias da pandemia permitirem.

As redes sociais são, hoje, um ponto de contato importante entre o movimento e a sociedade. Por meio de vídeos, postagens e fotos, o movimento C disponibiliza diversos materiais, dentre eles cartilhas e artigos.

Segundo a percepção de uma liderança que atua na região norte do país, o movimento ainda participa de um fluxo comunicativo unidirecional, em que o movimento leva informações para a comunidade externa, mas não traz tantas informações para dentro de si. O grupo possui o intuito de, em um momento futuro em que haja condições mais

favoráveis para o florescimento do grupo, mudar esta situação, e poder ampliar sua interação com a comunidade externa.

#### **5.4.8. Ameaças e oportunidades**

Com relação às ameaças enfrentadas pelo movimento, destaca-se a falta de disponibilidade para que mais pessoas consigam participar do movimento. Uma vez que a maioria das pessoas atendidas pelo movimento C moram em regiões rurais, existe uma dificuldade grande em reuni-las.

Isso acontece pois tais pessoas são responsáveis pela criação de animais e plantações que não podem simplesmente ser abandonadas, já que são a fonte de renda destas pessoas e dependem de seus cuidados para permanecerem vivas. Em regiões com transporte mais precário, há também a dificuldade de locomoção, que dificulta que pessoas interessadas em comparecer a uma atividade consigam fazê-lo.

Para tanto, os espaços virtuais de interação oferecem uma grande oportunidade de conexão entre o movimento e as pessoas que ele busca atingir. Ainda que, em algumas regiões, o serviço de internet seja precário, é possível fazer uso do mesmo. A barreira da falta de conhecimento sobre como mexer nas tecnologias digitais é ultrapassada pelo movimento em um esforço coletivo em que os participantes que já possuem esse conhecimento passam sua experiência à frente para ajudar aqueles que ainda não a detém.

Outra oportunidade mencionada foi a interlocução entre o movimento C e outros movimentos sociais brasileiros. Reuniões são realizadas entre os grupos de forma a organizar as demandas coletivamente e avançar de forma conjunta.

Na seção seguinte, os resultados apresentados serão discutidos à luz do referencial teórico, de forma a analisa-los à luz das teorias já existentes.

## 6. CAPÍTULO IV – DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Retoma-se, nesta seção, a pergunta que deu base à presente pesquisa: em que medida a decolonialidade se faz presente na organização de movimentos sociais brasileiros? Para responder tal pergunta, o trabalho teve por objetivo geral analisar a organização de movimentos sociais brasileiros e seu maior ou menor alinhamento a valores coloniais.

Com relação aos objetivos específicos, o primeiro deles, descrever a organização de movimentos sociais brasileiros, foi realizado na seção anterior por meio da descrição de alguns aspectos fundamentais dos movimentos A, B e C.

As concepções de colonialidade foram explicitadas ao longo do referencial teórico, na qual pesquisadores da área dos estudos decoloniais foram abordados e discutidos. Os três últimos objetivos específicos serão concluídos a seguir, nomeadamente:

- Identificar como a organização de movimentos sociais brasileiros revela submissão a interesses coloniais ou demonstra uma busca por autonomia;
- Descrever a origem das formas de organização dos movimentos sociais brasileiros;
- Descrever o que os movimentos sociais brasileiros consideram como ameaças e oportunidades à sua ação.

Pontua-se, inicialmente, que os elementos utilizados por Tilly (2010) para definir os movimentos sociais puderam ser identificados nos MS selecionados. Tal definição não impediu que movimentos com formas de organização relativamente distintas pudessem ser escolhidos para a presente pesquisa. Estes elementos também não implicaram na busca por formas de organização comumente utilizadas em empresas privadas que serviriam como critério para selecionar os movimentos mais adequados à pesquisa, garantindo que grupos com formas de organização decoloniais fossem localizados e estudados.

Conforme apontado por Misoczky, Flores e Goulart (2008), as teorias de movimentos sociais criadas com base na lógica de funcionamento das empresas privadas são limitadas quanto ao seu poder de análise da realidade. Tais teorias produzem a não-existência de grupos como o movimento A, que apesar de sofrer com a grande dificuldade de acesso a recursos, não deixa de existir e de realizar seu trabalho.

Além disso, foi possível comprovar, por meio das entrevistas realizadas, que os movimentos sociais, de fato, “desenvolvem processos, organizam, deliberam e produzem territórios das mais diversas formas – e, até mesmo, constroem estruturas” (MISOCZKY; FLORES; GOULART, 2008, p. 2). Desta forma, é possível percebê-los como organizações.

A lente decolonial permite que os movimentos sociais sejam percebidos como organizações dentro das suas especificidades. Destaca-se que o papel da solidariedade como lógica fundamental, em contraposição à lógica da racionalidade comumente presente nas empresas privadas, permite romper com a produção de não-existências. A solidariedade abre margem para a criação de práticas que tornam a existência de movimentos sociais possível quando a mesma contraria as expectativas com relação às condições que favoreceriam – e garantiriam – a sua sobrevivência.

Em diversos momentos, os relatos das pessoas entrevistadas demonstraram de que maneira a lógica da solidariedade cria as condições para que indivíduos alcancem, por meio da cooperação, seus objetivos pessoais e coletivos:

Hoje a gente tem uma produção científica que vem de pessoas que foram militantes do coletivo e que no esforço coletivo mesmo, que a gente construiu, passaram. Então quando hoje um dos doutores, doutorandos que [...] vai defender a tese esse ano, por exemplo, tava querendo, pensando em fazer o mestrado, esse único militante que tava no mestrado à época sentou com ele, ajudou a montar projeto, ajudou a escrever, ajudou a organizar a entrevista, eu fui uma pessoa que revisei a dissertação, eu fui uma pessoa que tipo, traduzia texto em inglês pra galera, eu era a pessoa que treinava pra entrevista. (Entrevista do Movimento A, grifo da autora)

Então a pessoa que tem dinheiro pra pagar, ela vai pagar o dela e mais de alguém. A gente sempre passa chapéu, [...] porque não existe, por exemplo, na nossa cabeça, essa lógica de tipo “ah eu vou aqui comprar a minha cerveja e cada um paga a sua cerveja”, porque isso vai tirar do espaço lúdico, do espaço de convivência, né? da juventude, as pessoas que tão sem grana. (Entrevista do Movimento A, grifo da autora)

[...] e também, aqui no Paraná eu atendo vítimas de violência. Então o meu telefone ele fica vinte e quatro horas por dia ligado, eu faço o acolhimento das vítimas, passo elas por assistência psicológica, encaminho pro meu jurídico e trabalho então, né? E no diálogo com o Ministério Público, com a Defensoria Pública e com esses órgãos de proteção a vítimas de violência, CRAS, CREAS, Conselho Tutelar, essas coisas assim. (Entrevista do Movimento B, grifo da autora)

Bom, veja, todo o nosso movimento, ele parte do afeto né? Do afeto feminista. Então a gente procura sempre entender o que está acontecendo, fazer um diálogo, problematizar essas... as questões que por ventura possam surgir pra poder dar continuidade. O que nós não podemos nunca é deixar que as coisas passem sem que a gente consiga problematizar e resolver, né? (Entrevista do Movimento B, grifo da autora)

eu lembro que os nossos primeiros encontros virtuais, era primeiro um tutorial de como mexer em tudo isso. Foi feito tutorial e tudo, e hoje as mulheres estão dando

aula. [...] não foi fácil no início... às vezes nem sabia ligar o... onde mexer, e aí mandava um áudio pra companheira, que tem essa questão também, né?, de que algumas não tem tantas habilidades, mandava um áudio e aí a companheira ia lá e falava onde tinha que mexer. (Entrevista do Movimento C, grifo da autora)

Considera-se importante ressaltar que tais feitos não seriam possíveis caso os mesmos indivíduos se utilizassem da lógica racional e individualista. Caso esta última lógica fosse empregada, é muito provável que os militantes do movimento A não conseguissem se formar ou participar dos eventos do grupo; que a pessoa entrevistada do movimento B não atendesse todas as vítimas que ligam para seu telefone durante as 24 horas do dia e os problemas do grupo não fossem resolvidos; e que as companheiras do movimento C não se tornassem capazes de acessar a internet e se conectar com o coletivo por este meio.

A seguir, os movimentos A, B e C serão analisados a partir da Sociologia das Ausências, de maneira a destacar o quanto eles se aproximam ou afastam da produção de não-existências, característica de uma perspectiva colonial sobre a realidade.

A ecologia dos saberes destaca que nenhum saber é suficiente para responder todas as perguntas que possam ser feitas, e sugere que as respostas sejam construídas a partir da combinação e complementaridade entre diferentes saberes – dentre eles, a ciência moderna. Ela se contrapõe à monocultura do conhecimento, que produz não-existências ao posicionar a ciência moderna como critério único que define o que é, ou não, a verdade. Esta não-existência se manifesta como ignorância.

A ecologia dos saberes pôde ser percebida nos três movimentos, que, cada qual à sua forma, revelaram que conhecimentos que não se encaixam nos moldes de produção da ciência moderna possuem grande relevância na sua prática. Com relação a este ponto, ressalta-se que nenhum dos três movimentos entrevistados coloca a ciência moderna em um patamar de superioridade com relação a outros conhecimentos. Tal manifestação caracteriza um distanciamento com relação a valores coloniais no que tange à monocultura do conhecimento.

O movimento A valoriza os conhecimentos produzidos por autores negros brasileiros e as formações internas do coletivo, além do conhecimento prático dos membros mais velhos que já não participam mais ativamente do grupo. O movimento B revela a importância e o emprego corriqueiro do afeto feminista na resolução de conflitos, e busca o diálogo com populações diversas para construir suas formas de intervenção na

realidade. Por fim, o movimento C recorre aos saberes de pessoas que vivem em áreas rurais para construir suas campanhas, colocando a produção de alimentos saudáveis como uma pauta central na busca por novos participantes.

Já a ecologia do reconhecimento desconstrói a relação entre diferença e hierarquia ao estabelecer “a possibilidade dos diferentes iguais” (SANTOS, 2016b, p. 279). Ela é oposta à monocultura da naturalização das diferenças, a qual “distribui populações de acordo com categorias que naturalizam hierarquias”, tais como gênero e raça (SANTOS, 201, p. 273). A não-existência se mostra por meio da inferioridade “natural” e “insuperável” das categorias dominadas.

As principais pautas defendidas pelos movimentos A, B e C já buscam tirar do lugar de inferioridade populações dominadas por meio das categorias de gênero, raça e orientação sexual por meio de uma lógica solidária. Além disso, os três buscam o diálogo com outros movimentos na construção de suas ações, ainda que existam divergências no que tange à finalidade dos grupos ou das posições com relação a um tema, reforçando esta busca solidária por equidade.

Mais especificamente, destaca-se no movimento A a observação vigilante sobre a composição das lideranças estaduais do grupo, das quais devem participar mulheres e, preferencialmente, também pessoas LGBTQIA+. Já o movimento B possui participantes de diversas localidades, etnias e culturas, e vê nesta diversidade uma fonte de força para o grupo, defendendo-a por meio de práticas antirracistas e contra o capacitismo. Já as lideranças do movimento C compartilham de uma característica comum, que é a vontade de construir um mundo onde homens e mulheres sejam livres e iguais, e direcionam seu trabalho neste sentido.

A ecologia da transescala seria a contraposição a monocultura da lógica da escala dominante, que determina duas principais formas de escalas: a universal e a global. O universalismo coloca entidades e realidades em uma posição de representatividade quanto a todos os contextos em que determinada situação pode ocorrer. Já a escala global privilegia as entidades e realidades que se estendem para o nível mundial, colocando o diferente como algo local.

Uma vez que o particular e o local não são percebidos como alternativas válidas ao universal e ao global, sua não-existência é produzida. Assim, a ecologia da transescala seria um meio para “recuperar o que, na escala local, não é resultado da globalização

hegemônica, e o que, da escala local, pode potencialmente levar a uma globalização contrahegemônica” (SANTOS, 2016b, p. 281).

No movimento A, ela pode ser percebida, por exemplo, nos principais autores lidos pelo grupo, e na relevância atribuída aos escritos destes autores brasileiros que contribuíram para o movimento negro no Brasil. Percebe-se também a importância dada às produções dos participantes atuais do movimento, que, ao ampliar sua formação acadêmica, produzem estudos sobre o próprio movimento A e auxiliam na formação de outros militantes.

Por abarcar pessoas LGBTIA+, que formam uma minoria quantitativa com relação à população, o movimento B já pauta uma particularidade. Para além desta particularidade, o grupo também traz para suas práticas outras especificidades que entrecruzam as vivências das pessoas LGBTIA+, como questões relativas a raça, etnia e classe social. Destaca-se, ainda, que o movimento B está produzindo um mapeamento de nível nacional acerca das pessoas que visa atender, com o intuito de produzir mais informações sobre como esta população vive no Brasil e contrariar uma lógica universalista que apaga tais existências.

Já o movimento C atualmente apoia uma campanha que tem por finalidade criar um projeto de lei que colocaria as florestas públicas da Amazônia sob a proteção dos povos indígenas, pequenos produtores extrativistas, quilombolas e Unidades de Conservação. Desta forma, as populações tradicionais locais seriam as responsáveis pela conservação destas florestas. Isto se daria a partir do reconhecimento de que os habitantes do local já o conhecem, ocupam e trabalham há mais tempo do que os novos latifundiários e produtores do agronegócio. Estas populações estariam, portanto, mais aptas a lidar com as particularidades locais a partir de conhecimentos e modos de vida que se contrapõem a uma cultura mais disseminada globalmente.

O projeto de lei que busca regularizar a produção de sementes crioulas segue o mesmo direcionamento. As sementes crioulas são sementes cultivadas por agricultores familiares, que abarcam uma grande diversidade de espécies de plantas. Com a Revolução Verde, esta diversidade foi abandonada em favor das monoculturas, e muitas espécies foram extintas (BARBOSA, 2020). Por isso, a proteção às sementes crioulas significa a valorização das variedades locais e da agroecologia, e a resistência às monoculturas e à

produção em escala de gêneros alimentícios, que dependem também do uso de agrotóxicos e fertilizantes.

A ecologia das produtividades vai de encontro à monocultura da lógica capitalista de produtividade e valoriza sistemas produtivos alternativos. Santos (2016b, p. 283) destaca que este talvez seja o ponto mais controverso da Sociologia das Ausências, já que se contrapõe ao “paradigma do desenvolvimento, do crescimento econômico infinito, da primazia da propriedade privada e da acumulação que sustenta o capitalismo global”.

Desta forma, destaca que este sistema não é intrinsecamente melhor do que um “fundamentado na cooperação e na prosperidade socialmente compartilhada” (SANTOS, 2016b, p. 283). A não-existência, neste caso, se apresenta como não-produtividade. Quando se refere ao trabalho humano, ela seria “a preguiça, a indolência ou a falta de qualificação” (SANTOS, 2016b, p. 275). Além disso, diversos trabalhos não são considerados produtivos por esta lógica, tais como “atividades que garantem a reprodução e florescimento da vida pessoa, familiar e comunitária” (SANTOS, 2016b, p. 275).

No que tange a este aspecto, o movimento A revelou o esforço por parte das lideranças para equilibrar o trabalho dentro do movimento com momentos de descontração:

Seminário passado aqui do Rio de Janeiro, [...] teve um momento que a gente tava no meio do dia de debate e a gente tinha visto a previsão da do dia e tava chuva pro dia seguinte, tava um solzinho eu falei, “gente, fazer um pacto coletivo, a gente vai pra praia, gastar onda na praia, mas a gente vai voltar, não importa a hora, a gente vai terminar as nossas atividades do dia. Feito o compromisso?” Fizemos esse compromisso, fomos pra praia, fizemos guerra de bexiga na praia [...]. A gente saiu de lá, [...] começamos o último debate nove horas da noite, terminamos uma hora da manhã, e ficou todo mundo lá debatendo até uma hora da manhã porque existe um compromisso ali. Mas ao mesmo tempo é isso, a gente tem que tornar os espaços leves, senão o mundo já é adoecedor demais. E a gente tenta fazer isso, administrar.

Há também uma busca ativa pela inclusão do máximo possível de participantes em atividades lúdicas e de divertimento coletivo, como no caso das saídas para bares em que o dinheiro disponível é repartido coletivamente para que todos possam se divertir juntos.

Com relação ao movimento B, destaca-se o uso do afeto feminista como meio para resolução de conflitos, o qual pontua uma resistência à produtividade capitalista. Além disso, nota-se que o grupo vem alterando sua prática para realizar ações assistencialistas que nunca fizeram parte dos objetivos do movimento. Entende-se que esta mudança não se deu por uma busca por aumento de produtividade, já que não estava ligada aos

objetivos fundamentais do coletivo, mas sim pela percepção da necessidade de adaptação para que fosse possível seguir atuando junto à população atendida.

Por fim, o movimento C possui diversas atuações que dialogam com outras formas de produção para além da produtividade capitalista. A campanha pela proteção das sementes crioulas, a defesa da agroecologia e as alianças com movimentos voltados a esta causa, além da campanha relativa ao controle da floresta Amazônica por populações locais, são exemplos destas ações por parte do movimento C.

Por outro lado, parece haver um enfoque nas atividades produtivas dentro do movimento C, ao menos dentro do estado de residência da pessoa entrevistada. Nenhuma ação que objetivasse a construção comunitária por meio do entretenimento foi mencionada na entrevista.

Finalmente, a ecologia das temporalidades é criada por Santos (2016b) em contraposição à monocultura do tempo linear. Esta monocultura descaracteriza como contemporâneo tudo aquilo que não faz parte da noção de modernidade ocidental. Desta forma, o progresso ou o desenvolvimento possuem significados restritos, e práticas não-alinhadas a este ideal são consideradas atrasadas, produzindo-se, assim, sua não-existência. De acordo com a ecologia das temporalidades, o tempo linear é apenas uma concepção de tempo dentre outras possibilidades.

No caso dos movimentos A, B e C, em que a maioria dos participantes são mulheres e pessoas negras, o confronto à monocultura do tempo linear começa na própria existência dos grupos. As culturas de povos africanos e afrodescendentes e os trabalhos de reprodução da vida pessoal e comunitária relegados às mulheres são percebidos como atrasados, não produtivos e incompatíveis com a modernidade. De maneira geral, os três coletivos se apresentam mais alinhados a valores decoloniais do que a valores coloniais.

Ao observar os objetivos de cada movimento, é possível perceber em que direção cada um deles caminha no que considera um caminho para o desenvolvimento ou o progresso. Para o movimento A, as questões mais importantes são o aprimoramento da lei de cotas, que permitiria que mais pessoas acessassem o estudo universitário; e o fim do genocídio da população negra, que implicaria na diminuição do racismo na sociedade brasileira.

Já para o movimento B, o mapeamento da população que o grupo busca atender é uma das prioridades, já que a ausência de informações sobre estes indivíduos dificulta a compreensão de suas vivências e necessidades. O combate à violência contra esta população também se mostra relevante para o grupo, e implicaria na redução da LGBTfobia no país.

Para o movimento C, a eleição do presidente Luís Inácio representa um avanço por permitir o diálogo entre os movimentos sociais e o Estado. A campanha que visa colocar as florestas da Amazônia sob proteção dos povos tradicionais locais representaria outro avanço por reconhecer a melhor capacidade de gestão da biodiversidade destes povos com relação aos que atualmente cumprem este papel.

A regulamentação da produção de sementes crioulas e da produção agroecológica também representariam progresso no que tange ao cuidado com a biodiversidade. Finalmente, a realização de formações internas tornaria os membros do grupo mais preparados para alcançar os demais objetivos.

Com relação à origem das formas de organização dos movimentos pesquisados, é possível perceber que as mesmas se baseiam em mais de uma fonte. O legado de ativistas mais antigos, as interlocuções com outros grupos e pessoas que ainda não fazem parte do movimento e a produção científica influenciam na prática destes movimentos.

Ressalta-se, contudo, que materiais científicos têm características e aplicações específicas, já que são, muitas vezes, produzidos pelos próprios membros dos coletivos. Além disso, materiais de autores externos ao movimento não possuem o mesmo peso de publicações dos militantes. Finalmente, a ciência moderna não é vista como mais importante do que as experiências práticas, o que coloca formas de conhecimento diferentes no mesmo patamar de relevância.

Não foram mencionadas nas entrevistas movimentos que não fossem brasileiros, e o diálogo com as populações e coletivos locais dos lugares onde os movimentos atuam foi mencionado nas três entrevistas. Em termos de experiências práticas, sugere-se que a realidade local é valorizada em detrimento de modelos externos, que atuam em realidades muito distintas da realidade de cada região brasileira, na escolha das formas de organização dos movimentos.

No que tange às referências de pesquisadores importantes para os movimentos citados nas entrevistas, o movimento A é o que indica ter maior foco em autores nacionais, já que todos os autores citados são brasileiros. O movimento B citou como referências quatro autores estrangeiros e uma autora brasileira. O movimento C citou uma autora estrangeira e um autor brasileiro. A presente pesquisa não possui caráter quantitativo, e, portanto, tais números foram trazidos apenas a fim de apresentar a variabilidade nas referências científicas dos movimentos pesquisados.

Finalmente, com relação às ameaças mencionadas pelos movimentos entrevistados, a pobreza e a dificuldade de acesso a recursos básicos foram citadas pelos movimentos A e B. A falta de tempo para participar das atividades do movimento foi mencionada pelos movimentos A e C. No caso do movimento A, isso se deve à uberização do trabalho. No caso do movimento C, às dificuldades de locomoção e reunião das pessoas.

A desilusão e a desesperança foram abordadas pelo movimento A como uma questão que afasta potenciais membros. A violência contra militantes e pessoas que o movimento busca atender foram citadas pelos movimentos A e B como um fator que influencia na sua ação, embora de diferentes formas. Para o movimento A, ela gera desilusão quanto aos possíveis resultados da ação dos participantes em potencial. Para o movimento B, ela causa medo nos militantes e uma demanda maior por ações do grupo.

A dificuldade no acesso à internet foi mencionada pelos movimentos B e C. Contudo, houve uma diferença na percepção deste ponto pelos dois grupos. Enquanto o movimento B entende que o acesso à internet existe, mas é insuficiente para seus objetivos, o movimento C acredita que, ainda que o acesso seja restrito, ele facilita em grande medida a comunicação do grupo em regiões onde a mobilidade é dificultada.

Todas estas ameaças são percebidas de acordo com a definição de Kotler e Keller (2012, p. 50), pois se caracterizam como “um desafio imposto por uma tendência ou um evento desfavorável”. Estas tendências ou eventos acarretam em maiores dificuldades para alcançar os objetivos dos movimentos e também na execução de suas ações. Isto acontece por duas razões: os recursos se tornam mais escassos ou inexistentes; ou os recursos existentes precisam ser desviados do foco dos MS para a mitigação dos problemas imediatos de seus participantes e dos grupos.

Com relação às oportunidades, a maior abertura para falar sobre o racismo foi uma oportunidade trazida pelo movimento A, embora seja destacado que ela não possui consequências materiais tão relevantes para o coletivo. A troca da presidência representa uma oportunidade para os movimentos B e C. A interlocução com outros movimentos sociais foi citada como uma oportunidade que está se abrindo para o movimento C na região de residência da pessoa entrevistada.

Segundo o conceito de Kotler e Keller (2012), uma oportunidade seria “uma área de necessidade ou interesse” que os MS poderiam atender. Desta forma, os movimentos sociais poderiam oferecer algo que responda a uma demanda insuficientemente atendida por outros MS; oferecer algo que já era feito, de forma nova ou superior; ou criar algo completamente novo.

A maior abertura para falar sobre o racismo percebida pelo movimento A poderia representar a oportunidade de abordar esta questão com mais pessoas, respondendo a uma demanda insuficientemente atendida pelos MS existentes. A troca da presidência abriria espaço para as três fontes principais de oportunidades, bem como a interlocução com outros movimentos sociais.

Na seção seguinte, serão trazidas as considerações finais do presente trabalho, destacando os principais resultados da pesquisa e as limitações encontradas ao longo da mesma.

## 7. CAPÍTULO V – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve por objetivo analisar a organização de movimentos sociais brasileiros e seu maior ou menor alinhamento a valores coloniais. Para isso, primeiramente, a colonialidade e a decolonialidade foram discutidas, a fim de elucidar o significado destes conceitos. Em seguida, descreveu-se de que maneira se organizam três movimentos sociais brasileiros, a fim de identificar quais delas se alinhavam ou não a valores coloniais.

Além disso, a origem das formas de organização dos três movimentos pesquisados foi descrita, e as ameaças e oportunidades que afetam estes grupos na atualidade foram apresentadas.

A partir dos resultados levantados e discutidos à luz da literatura, foi possível perceber que os três movimentos estudados possuem muitas práticas e valores que podem ser considerados decoloniais de acordo com a Sociologia das Ausências elaborada por Santos (2016b).

Com relação ao tipo de conhecimento empregado pelos movimentos, a organização dos coletivos coloca a ciência moderna em um lugar de relevância, mas não de supremacia. Diferentes saberes se complementam na busca por respostas e resoluções de problemas, tais como o afeto feminista, os saberes sobre o cultivo de alimentos de forma sustentável, os materiais produzidos por ativistas negros brasileiros e os conhecimentos práticos dos participantes.

Isso permite a dissolução da linha abissal descrita por Santos (2016b), que separa os conhecimentos produzidos pela cultura ocidental – a filosofia, a teologia e a ciência moderna – dos demais tipos de conhecimentos produzidos por outras culturas. Nos movimentos A, B e C, os “conhecimentos leigos, plebeus, camponeses ou indígenas” (SANTOS, 2016b, p. 191) não são deixados de lado, mas sim combinados entre si e com a ciência moderna.

Desta forma, o epistemicídio não ocorre nos movimentos estudados com a mesma intensidade que ocorre em outros espaços, já que os conhecimentos alternativos à ciência moderna não são percebidos como incompatíveis com ela, e ainda menos como inúteis

ou descartáveis. Eles se constituem como parte fundamental da construção dos movimentos, o que caracteriza uma marca da decolonialidade presente na sua organização.

No que tange à relação dos movimentos com as hierarquias sociais estabelecidas a partir das diferenças, os três movimentos se posicionam contra tais categorizações hierarquizantes desde a sua própria criação, pelas causas que defendem. Os grupos possuem não apenas ideais de equidade, mas práticas internas que visam torná-la uma realidade dentro dos coletivos. Sua luta parte de organizações dentro das quais se busca criar ambientes mais justos, que poderão ser posteriormente transpostos para outros espaços sociais. Esta é uma segunda marca da decolonialidade nos movimentos estudados.

Sobre o universalismo e a escala global, os MS analisados demonstram ter atenção às particularidades presentes no país, regiões, territórios e grupos sociais com os quais atuam. Não parece haver uma busca por padronização de suas ações, nem por modelos internacionais de MS que “obtiveram sucesso” e que possam ser seguidos. Em geral, as ações dos grupos indicam uma busca por adequação às necessidades de cada momento e de cada grupo atendido.

Acerca da produtividade, os três movimentos revelaram formas de produção que contrariam o ideal de produtividade capitalista. De acordo com as entrevistas, os coletivos não apresentam práticas que revelem uma busca por maior eficiência de suas ações ou uma maior “produção” no que tange aos resultados buscados.

Ainda que se movimentem de forma a aumentar a efetividade e o alcance de suas ações, por exemplo na forma de cursos e formações internas, não há métricas de produtividade, tentativa de padronização das atividades ou seleção de lideranças que apresentem indicadores mais elevados de eficiência. Desta forma, se os MS buscam alguma produtividade no sentido capitalista, este esforço não apresentou indicações claras nas entrevistas.

A respeito da percepção temporal e histórica dos MS, novamente os grupos se propõem, desde sua criação, a combater as noções hegemônicas de progresso e desenvolvimento. Neste caso, foram observados os objetivos de cada movimento, que apontam para a direção daquilo que o grupo caracteriza como um avanço.

Percebe-se que reduzir violências contra as populações que os movimentos atendem é um objetivo de alta relevância. Fazer com que mais pessoas alcancem o estudo

universitário, produzir informações sobre a população atendida pelo grupo, mudar a presidência do país e regulamentar a produção agroecológica são objetivos também importantes.

Tais medidas de desenvolvimento estão, em parte, presentes no ideal hegemônico, como por exemplo o acesso à educação superior – embora esta presença se dê, algumas vezes, de forma não-hegemônica, como no caso dos militantes que produzem trabalhos científicos sobre o próprio movimento A. Por outro lado, a ampliação e aplicação da lei de cotas objetiva atingir diversas pessoas, e não apenas estes militantes.

Outros casos, como a regulamentação da produção agroecológica, visam o maior reconhecimento e adoção de outras temporalidades. A produção agroecológica respeita os ciclos produtivos naturais e busca uma menor interferência nos ecossistemas, visando uma maior produtividade no longo, e não no curto prazo. Desta forma, se desalinha com o ideal hegemônico de desenvolvimento.

Além disso, a valorização dos conhecimentos de ativistas de gerações anteriores e antepassados dos militantes também representa uma temporalidade decolonial de acordo com Santos (2016b). Esta percepção explicita um processo que torna contemporâneas as vivências e experiências destas pessoas que não estão mais ativas dentro dos MS atuais, e ocorre nos movimentos A e C, mais perceptivelmente. Ao se posicionar contrariamente à noção de que apenas o momento presente, as práticas atuais e a cultura ocidental hegemônica são contemporâneas – noção esta que descarta o passado, os valores e práticas de outras épocas e culturas – estes movimentos revelam uma característica decolonial.

A origem das formas de organização dos MS entrevistados revela mais de uma fonte. O legado de ativistas mais antigos, as interlocuções com outros grupos e pessoas que ainda não fazem parte do movimento e a produção científica influenciam na prática destes MS.

Não foram mencionadas nas entrevistas movimentos que não fossem brasileiros, e o diálogo com as populações e coletivos locais dos lugares onde os movimentos atuam foi mencionado nas três entrevistas. Em termos de experiências práticas, sugere-se que o contexto local é valorizado em detrimento de modelos externos, que atuam em realidades muito distintas da realidade de cada região brasileira, na escolha das formas de organização dos movimentos.

Com relação às ameaças que os movimentos enfrentam, a falta de acesso a recursos básicos, a falta de tempo para se engajar, a violência contra militantes e pessoas que o movimento busca atender e a dificuldade de acesso à internet foram mencionadas por dois movimentos. A desilusão e a desesperança foram citadas pelo movimento A.

Já sobre as oportunidades, a maior abertura para falar sobre o racismo foi uma oportunidade trazida pelo movimento A. A troca da presidência representaria uma oportunidade para os movimentos B e C. A interlocução com outros movimentos sociais foi citada como uma oportunidade que está se abrindo para o movimento C na região de residência da pessoa entrevistada.

De maneira geral, as entrevistas indicam que os movimentos estudados estão mais alinhados a valores decoloniais do que a valores coloniais, o que pôde ser comprovado pelo uso da Sociologia das Ausências como ferramenta de análise de suas formas de organização.

Conforme colocado anteriormente, a Sociologia das Ausências criada por Santos (2016b) busca tornar presente aquilo que ainda é ausente, e criar possibilidades a partir daquilo que é colocado como impossível. Os movimentos A, B e C apresentam esforços em uma direção similar, criando os modos de vida que desejam para o presente e o futuro a partir das experiências e do trabalho de gerações passadas.

Além disso, os movimentos estudados valorizam outros tipos de conhecimentos que são, em outras circunstâncias, descartados por serem considerados inúteis, menos valiosos ou incompatíveis com a ciência moderna. Desta forma, os valores e práticas que puderam ser percebidos nas entrevistas são, na maioria das vezes, contrários à colonialidade.

Com relação às limitações da presente pesquisa, foram entrevistados apenas três movimentos sociais. Não foi empregada uma amostra ou um método que permitam generalizar os resultados encontrados para todos os movimentos sociais brasileiros. Sugere-se que esta lacuna seja preenchida por outros estudos que possuam um viés quantitativo.

Ademais, todos os movimentos estudados foram criados há mais de uma década, o que pode implicar que a organização de movimentos surgidos há menos tempo seja

diferente. Isto pode se dar por costumes geracionais, ou por outras influências que atuam sobre estes ativistas, o que também pode ser investigado em outros trabalhos.

A amplitude dos movimentos analisados pode indicar outra característica diferencial dos movimentos A, B e C. MS menores talvez tenham práticas diferentes que se adequem melhor ao número de militantes e à região específica onde atuam, o que constitui outro ponto a ser observado dentre as limitações desta pesquisa. Trabalhos futuros podem se debruçar sobre as diferenças entre a organização de MS de diferentes amplitudes, como por exemplo movimentos de abrangência nacional, estadual e municipal.

Em linhas gerais, a principal finalidade do presente trabalho foi encontrar novas possibilidades a partir de formas de organização que já existem. Ainda que muitas destas práticas não sejam comuns nas empresas privadas, que são o principal foco dos Estudos Organizacionais, isso não significa que elas não existam em nenhuma organização. Tampouco significa que elas existam apenas em grupos que não poderiam ser caracterizados como organizações.

Os 3 MS analisados neste trabalho “desenvolvem processos, organizam, deliberam e produzem territórios das mais diversas formas – e, até mesmo, constroem estruturas” (MISOCZKY; FLORES; GOULART, 2008, p. 2). Contudo, por funcionarem de acordo com uma lógica solidária, ao invés de uma lógica exclusivamente racional e instrumental, eles produzem resultados muito diferentes daqueles gerados por organizações que funcionam a partir de outra lógica.

Sugere-se que os MS sejam observados pela área de Estudos Organizacionais não apenas a partir de uma lógica racional, que busca formas de organização e gestão que poderiam maximizar os resultados ou o lucro de uma empresa, mas dentro da lógica que rege os MS: a solidariedade. Colocar-se ao lado dos movimentos sociais para compreendê-los, ao invés de observá-los à distância segundo uma lógica que não é a que rege estas organizações, permitiria outros tipos de aprendizados que poderiam beneficiar organizações diferentes, inclusive as empresas.

Este deslocamento oferece a possibilidade de aprender novas formas de organização e gestão, mas também novos valores dentro da lógica da solidariedade. Frente às violências produzidas pela colonização que perduram até hoje, da tristeza e da dor geradas por valores que minam a coesão social e afastam possibilidades de realidades

diferentes, ativistas brasileiros se mobilizam para solucionar os problemas que percebem na sua realidade.

Apesar do cenário de pobreza, desorganização social e falta de esperança, uma nova lógica encontra caminhos em terras brasileiras para criar novas possibilidades de futuro. Esta lógica abre espaço em meio à violência colonial para criar novos sonhos e utopias, tão fortes que são incapazes de sumir até mesmo nos momentos mais difíceis.

Talvez a conclusão mais importante deste trabalho não precise ser colocada em termos rebuscados para se fazer clara: a semente de solidariedade que tanto buscamos como solução para um futuro melhor já existe, e aguarda a formação de novas lideranças que desejem espalhá-la pelo país.

## REFERÊNCIAS

ABDALLA, M. M.; FARIA, A. Em defesa da opção decolonial em administração/gestão. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 4, p. 914-929, out./dez. 2017.

ALEXANDER, J. C. Ação Coletiva, Cultura e Sociedade Civil: Secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 13, n. 37, p. 1-27, jun. 1998.

ANDION, C. A gestão no campo da economia solidária: particularidades e desafios. **RAC**, Curitiba, v. 9, n. 1, p. 79-101, jan./mar. 2005.

ÁVILA-ROJAS, O. ¿Anti o decolonialismo en América Latina? Un debate actual. **Sociedad y Economía**, Cali, n. 44, p. 1-18, set./dez. 2021.

BARBOSA, C. Saiba o que é semente crioula e entenda a sua importância. **Brasil de Fato**, Belém, 24 mai. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/05/24/saiba-o-que-e-semente-crioula-e-entenda-a-sua-importancia>. Acesso em: 16 out. 2022.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Ed.) **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BENEVIDES, B. G. Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021. Associação Nacional de Travestir e Transexuais, Brasília, 2022.

BRASIL 247. Mais um escândalo: governo comprou R\$ 5,2 bilhões de vacina CanSino, representada por empresa de amigo de Ricardo Barros. **Brasil 247**, 27 jun. 2021a. Disponível em: <https://www.brasil247.com/regionais/brasil/mais-um-escandalo-governo-comprou-r-5-2-bilhoes-de-vacina-cansino-representada-por-empresa-de-amigo-de-ricardo-barros>. Acesso em: 16 out. 2022.

BRASIL 247. Luis Miranda confirma na CPI que foi Ricardo Barros o deputado citado por Bolsonaro na corrupção da Covaxin. **Brasil 247**, 25 jun. 2021b. Disponível em: <https://www.brasil247.com/cpicovid/luis-miranda-confirma-na-cpi-que-foi-ricardo-barros-o-deputado-citado-por-bolsonaro-na-corrupcao-da-covaxin>. Acesso em: 16 out. 2022.

BRASIL 247. Após o golpe de estado contra Dilma, Petrobrás multiplicou pagamento de dividendos a acionistas privados em 268 vezes. **Brasil 247**, 5 set. 2022a. Disponível em: <https://www.brasil247.com/economia/apos-o-golpe-de-estado-contradilma-petrobras-multiplicou-pagamento-de-dividendos-a-acionistas-privados-em-268-vezes>. Acesso em 16 out. 2022.

BRASIL 247. Bolsonaro tripudia da pobreza e do desemprego: 'pobres foram acostumados a não ter profissão'. **Brasil 247**, 22 set. 2022b. Disponível em: <https://www.brasil247.com/brasil/bolsonaro-tripudia-da-pobreza-e-do-desemprego-pobres-foram-acostumados-a-nao-ter-profissao>. Acesso em: 16 out. 2022.

BRASIL 247. Brasil de Bolsonaro deve ter uma das maiores taxas de desemprego do mundo em 2022. **Brasil 247**, 28 abr. 2022c. Disponível em: <https://www.brasil247.com/economia/brasil-de-bolsonaro-deve-ter-uma-das-maiores-taxas-de-desemprego-do-mundo-em-2022-1e28xoq6>. Acesso em: 16 out. 2022.

CAIXETA, I. Perspectivas e realidades das mulheres no Brasil em 2022. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 28 jan. 2022. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/diversidade/2022/01/28/noticia-diversidade,1335769/perspectivas-e-realidades-das-mulheres-no-brasil-em-2022.shtml>. Acesso em: 7 jul. 2022.

CAMPANI, J. Brasil por um fio: Os cortes de recursos e os impactos nas políticas públicas. Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 17 set. 2021. Disponível em: <http://www.sindjus.com.br/brasil-por-um-fio-os-cortes-de-recursos-e-os-impactos-nas-politicas-publicas/14412/>. Acesso em: 7 jul. 2022.

CARNIEL *et al.* Projetos globais e o estranho: estudos decoloniais na produção acadêmica brasileira. Pre-print, 2021.

CARRANÇA, T. Auxílio emergencial: Com benefício reduzido em 2021, Brasil terá 61 milhões na pobreza. **BBC News Brasil**, São Paulo, 22 abr. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56843399>. Acesso em 16 out. 2022.

CARTA CAPITAL. PF pede autorização para indiciar Bolsonaro por crime ao disseminar informações falsas sobre Covid-19 e tomar depoimento. **Carta Capital**, 17 ago. 2022. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/pf-pede-autorizacao-para-indiciar-bolsonaro-por-disseminar-informacoes-falsas-sobre-covid-19/>. Acesso em: 16 out. 2022.

CERQUEIRA, D. **Atlas da Violência 2021**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada: São Paulo, 2021.

CONEXÃO UFRJ. Maior universidade federal do Brasil não tem verba para funcionar nos próximos meses. **Conexão UFRJ**, 15 jun. 2022. Disponível em: <https://conexao.ufrj.br/2022/06/maior-universidade-federal-do-brasil-nao-tem-verba-para-funcionar-nos-proximos-meses/>. Acesso em: 16 out. 2022.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DATASUS (Brasil). **Painel Coronavírus**. Brasília, 14 out. 2022. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em 16 out. 2022.

FARIA, A.; ABDALLA, M. M.; GUEDES, A. L. Podemos Co-Construir um Campo de Gestão/Administração Engajado com a Maioria? **Revista Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 28, n. 98, p. 543-576, out./nov. 2021.

FERREIRA, H.; TRIBOLI, P. Deputadas criticam corte de recursos para combate à violência contra a mulher. **Agência Câmara de Notícias**, Brasília, 6 fev. 2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/635067-deputadas-criticam-corte-de-recursos-para-combate-a-violencia-contra-a-mulher/>. Acesso em 7 jul. 2022.

FÓRUM BRASILEIRO DE VIOLÊNCIA PÚBLICA. Violência contra mulheres em 2021. **Fórum Brasileiro de Violência Pública**: São Paulo, mar. 2022.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de conteúdo**. 2. ed. Brasília, Liber Livro Editora, 2005.

G1. (2021) Crise do oxigênio no Amazonas: entenda quanto falta e as ações para repor o insumo. **G1**, 15 jan. 2021. Disponível em:  
<https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2021/01/15/crise-do-oxigenio-no-amazonas-entenda-o-quanto-falta-e-as-acoes-para-repor-o-insumo.ghtml>. Acesso em: 16 out. 2022.

G1. Inflação: compare em gráficos a alta de preços no Brasil e em 5 países da América Latina. **G1**, 18 set. 2022. Disponível em:  
<https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/09/18/inflacao-compare-em-graficos-a-alta-de-precos-no-brasil-e-em-5-paises-da-america-latina.ghtml>. Acesso em: 16 out. 2022.

GLOBAL WITNESS. *Defending tomorrow*. Global Witness: Londres, jul. 2020.

GOHN, M. G. A produção sobre movimentos sociais no contexto da América Latina. *Política e Sociedade*, Florianópolis, v. 13, n. 28, p. 79-103, set./dez. 2014.

GOMES, P. H. (2020) 'Não sou coveiro, tá?', diz Bolsonaro ao responder sobre mortos por coronavírus. **G1**, 20 abr. 2020. Disponível em:  
<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/20/nao-sou-coveiro-ta-diz-bolsonaro-ao-responder-sobre-mortos-por-coronavirus.ghtml>. Acesso em: 16 out. 2022.

INFOMONEY. Preço médio da gasolina nos postos volta a ficar abaixo de R\$ 5, mostra ANP. **Infomoney**, 17 set. 2022a. Disponível em:  
<https://www.infomoney.com.br/consumo/preco-medio-da-gasolina-nos-postos-volta-a-ficar-abaixo-de-r-5-mostra-anp/>. Acesso em: 16 out. 2022.

INFOMONEY. Bolsonaro corta verbas de educação, INSS, saúde e meio ambiente em Orçamento. **Infomoney**, 25 jan. 2022b. Disponível em:  
<https://www.infomoney.com.br/politica/bolsonaro-corta-verbas-de-educacao-inss-saude-e-meio-ambiente-em-orcamento/>. Acesso em: 16 out. 2022.

INFOMONEY. Petrobras deposita 2ª parcela de “dividendo monstro” nesta 3ª; faz sentido reinvestir em ações da empresa? **Infomoney**, 20 set. 2022c. Disponível em: <https://www.brasil247.com/economia/petrobras-deposita-2-parcela-de-dividendo-monstro-referente-ao-segundo-trimestre>. Acesso em 16 out. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Brasil). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Brasília, 2015. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html?=&t=destaques>. Acesso em 7. jul. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Brasil). **Painel de indicadores**. Brasília, mai. 2022. Disponível em: <https://ibge.gov.br/indicadores>. Acesso em 07 jul. 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (Brasil). **Homicídios Homens Negros**. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/dados-series/144>. Acesso em 07 jul. 2022a.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (Brasil). **Homicídios Homens Não Negros**. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/dados-series/145>. Acesso em 07 jul. 2022b.

JOHNS HOPKINS (Estados Unidos da América). **Mortality analyses**. Baltimore, 16 out. 2022. Disponível em: <https://coronavirus.jhu.edu/data/mortality>. Acesso em 16 out. 2022.

JÚNIOR, E.; FERRICHE, E. Brasil é um dos dez países mais violentos do mundo, revela Atlas da Violência 2018. **Rádio Câmara**, Brasília, 2018. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/radio/programas/543467-brasil-e-um-dos-dez-paises-mais-violentos-do-mundo-revela-atlas-da-violencia-2018/>. Acesso em 07 jul. 2022.

KONCHINSKI, V. Alta de alimentos é mais que o dobro da inflação em 2022. **Brasil de Fato**, 10 ago. 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/08/10/alta-de-alimentos-e-mais-que-o-dobro-da-inflacao-em-2022>. Acesso em: 16 out. 2022.

KOTLER, P.; KELLER, K. L. **Administração de marketing**. 14 ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.

MARTINS, J. P. Bolsonaro usa informação não sustentada sobre eficácia de 56% da ivermectina contra covid-19. **Trends.br**, 9 jul. 2021. Disponível em: <https://www.trendsbr.com.br/brasil/bolsonaro-usa-informacao-nao-sustentada-sobre-eficacia-de-56-da-ivermectina-contra-covid-19>. Acesso em: 16 out. 2022.

MC CARTHY, J. D.; ZALD, M. N. Resource mobilization and social movements: a partial theory. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 82, n. 6, p. 1212-1841, mai./1977.

MISOCZKY, M. C.; FLORES, R. K.; BÖHM, S. A práxis da resistência e a hegemonia da organização. **Organização e Sociedade**, Salvador, v. 15, n. 45, p. 181-193, abril/jun. 2008.

MISOCZKY, M. C.; FLORES, R. K.; GOULART, S. M. Estudos organizacionais e movimentos sociais: o que sabemos? Para onde vamos? **CADERNOS EBAPE. BR**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, p. 1-14, set. 2008.

MOTA, M. B.; BRAICK, P. R. **História**: das cavernas ao terceiro milênio. 4. ed. São Paulo: Moderna, 2012.

NOGUEIRA, C. E. A. Lucro ou Filantropia: uma leitura crítica sobre as ambiguidades da Responsabilidade Social Empresarial. *In*: ANAIS DO XV ENANGRAD, 2004, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Anais do XV Enangrad, 2004, p. 1-13. Disponível em: < <https://portal.estacio.br/media/4387/1-lucro-filantropia-leitura-critica-sobre-ambiguidades-responsabilidade-social-empresarial.pdf> >. Acesso em: 5 out. 2022.

OLIVEIRA, E. M. Empreendedorismo social no Brasil: atual configuração, perspectivas e desafios – notas introdutórias. **Revista FAE**, Curitiba, v.7, n.2, p.9-18, jul./dez. 2004.

OLIVEIRA, J. M. D.; MOTT, L. Mortes violentas de LGBT+ no Brasil: relatório 2021. Grupo Gay da Bahia, Aliança Nacional LGBTI+: Salvador, 2022.

OTTA, L. A.; TAIAR, E. Guedes afirma que taxa de desemprego chegará a 8% até final do ano. **Valor Investe**, Brasília, 20 set. 2022. Disponível em: <https://valorinveste.globo.com/mercados/brasil-e-politica/noticia/2022/09/20/guedes-afirma-que-taxa-de-desemprego-chegara-a-8percent-ate-final-do-ano.ghtml>. Acesso em: 16 out. 2022.

OXFAM BRASIL. Fome avança no Brasil em 2022 e atinge 33,1 milhões de pessoas. **Oxfam Brasil**, 8 jun. 2022. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/noticias/fome-avanca-no-brasil-em-2022-e-atinge-331-milhoes-de-pessoas/>. Acesso em: 7 jul. 2022.

PALHARES, J. V.; NICOLI, P. A. G. A colonialidade da organização e regulação do trabalho. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p. 1924-1957, set./nov. 2021.

PEREIRA, C. M.; SILVA, S. P. A nova lei de cooperativas de trabalho no Brasil: novidades, controvérsias e interrogações. **Economia Solidária e Políticas Públicas**, v. 53, p. 65-74, nov./2012.

PORTAL GELEDÉS. Carta das Mulheres Negras 2015. Portal Geledés, 18 nov. 2015. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/carta-das-mulheres-negras-2015/>. Acesso em 8 out. 2022.

PRIZIBISCZKI, C. Desmatamento acumulado em 2022 na Amazônia é o maior em sete anos. **((o)eco**, 6 jun. 2022. Disponível em: <https://oeco.org.br/noticias/desmatamento-acumulado-em-2022-na-amazonia-e-o-maior-em-sete-anos/>. Acesso em: 7 jul. 2022.

QUEIROZ, V. 2 anos de covid: Relembre 30 frases de Bolsonaro sobre pandemia. **MSN**, 26 fev. 2022. Disponível em: <https://www.msn.com/pt-br/noticias/brasil/2-anos-de-covid-relembre-30-frases-de-bolsonaro-sobre-pandemia/ar-AAUkNfK>. Acesso em: 16 out. 2022.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, E. (Ed.). **Colonialidad del saber**. Buenos Aires: CLACSO, 2000, v. 1, cap. 9, p. 201-246.

REDE PENSSAN. **Rede PENSSAN: II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil**. São Paulo, 2022. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/>. Acesso em: 16 out. 2022.

RODRIGUEZ, E. Corte de R\$ 19,8 bilhões no Ministério da Educação no orçamento para 2020. **Jornalistas Livres**, 19 jan. 2020. Disponível em: <https://jornalistaslivres.org/corte-de-r-198-bilhoes-no-ministerio-da-educacao-no-orcamento-para-2020/>. Acesso em: 16 out. 2022.

SANTOS, B. S. **A difícil democracia**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016a.

SANTOS, B. S. **Epistemologies of the South: justice against epistemicide**. 2 ed. New York: Routledge, 2016b.

SINTFUB. Cortes na Educação batem R\$ 3,9 bilhões. **SINTFUB**, 1 mai. 2021. Disponível em: <https://www.sintfub.org.br/2021/05/cortes-na-educacao-batem-r-39-bilhoes/>. Acesso em: 16 out. 2022.

TEMÓTEO, A. Falta de medicamentos decorre da inércia do governo, dizem especialistas. **UOL**, Brasília, 20 mar. 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2021/03/20/falta-de-medicamentos-decorre-da-inercia-do-governo-dizem-especialistas.htm>. Acesso em: 16 out. 2022.

TILLY, Charles. Movimentos sociais como política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 3, p. 133-160, Brasília, jan./jul. 2010.

TUDE, J.; RODRIGUES, G. K. M. Organizações não governamentais: uma discussão sobre suas peculiaridades organizacionais. *In: VI Conferencia Regional de ISTR para América Latina y el Caribe, 2007, Salvador. Anais... Salvador: ISTR e CIAGS/UFBA, 2007, p. 1-16.*

UNICEF. Dois milhões de crianças e adolescentes de 11 a 19 anos não estão frequentando a escola no Brasil, alerta UNICEF. **UNICEF**, 15 set. 2022. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/dois-milhoes-de-criancas-e-adolescentes-de-11-a-19-anos-nao-estao-frequentando-a-escola-no-brasil>. Acesso em: 16 out. 2022.

UOL. Corte nas universidades federais afeta bolsas e pesquisa. **UOL**, 13 mai. 2021. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/agencia-estado/2021/05/13/corte-afeta-bolsas-e-pesquisa-nas-universidades-federais.htm>. Acesso em: 16 out. 2022.

UOL. Desemprego cai a 9,1%, com recorde de trabalhadores informais. **UOL**, 31 ago. 2022a. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2022/08/31/desemprego-ibge-pnad-continua-mensal-agosto-2022.htm>. Acesso em: 16 out. 2022.

UOL. Bolsonaro corta investimentos para reservar R\$ 19,4 bi do orçamento secreto. **UOL**, 31 ago. 2022b. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/estado-contenido/2022/08/31/bolsonaro-corta-investimentos-para-reservar-r-194-bi-do-orcamento-secreto.htm>. Acesso em: 16 out. 2022.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em Administração**. 2. ed. São Paulo: Editora Atlas, 1998.